



190

junho 2012

Carta Mensal
INTAL

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento





Tabela de conteúdos

Revista Integración & Comercio

Revista Integración & Comercio N° 34. Infraestructura física en ALC (español e inglés) 7

Revista Integración & Comercio recebe artigos para edição 35 (español e inglés) 8

Coluna de Análise

Caricom: Diretrizes para reformar a Secretaria 11

Blocos de Integração

Caribe

BID concede financiamento para enfrentar as mudanças climáticas no Caribe 19

Caricom e México decidem favorecer a expansão do comércio e dos investimentos 21

Comunidades empresariais do Sica e da Caricom estreitam laços 22

América Central

Biocombustíveis, saúde e infraestrutura na mira do apoio do BID ao Projeto Mesoamérica 23

O comércio intrarregional dribla a crise e ganha espaço em negociações regionais 26

Várias frentes nas negociações comerciais externas da América Central 28

Comunidade Andina

CAN comemora 43 anos 30

MERCOSUL

Medidas comerciais se intensificam no Mercosul 32

UNASUL

Unasul aprova Regulamento Geral 40

Panorama Regional e Global

Novas dimensões da relação Ásia-América Latina 45

Últimos Preparativos para a Rio+20 47

Boletim de notícias do INT

..... 53

Outras Atividades do BID

O Desafio Climático e de Desenvolvimento na América Latina e no Caribe: Opções para um Desenvolvimento Resiliente com Baixo Nível de Carbono	57
4º Fórum Econômico Internacional	58
BID apresenta “Relatório sobre Sustentabilidade de 2011”	59
A banda larga como catalisador do desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe	60

Centro de Documentação INTAL

Resenhas Bibliográficas

ZEVALLOS URQUIETA, Héctor; GONZÁLEZ VIGIL, Fernando. Efecto plataforma de la CAN en las exportaciones manufactureras del Perú y de Colombia a los Estados Unidos y la Unión Europea. Lima: Universidad del Pacífico, Documento de Trabajo N° 90. Diciembre de 2011.	63
---	----

Alerta Bibliográfica

.....	65
-------	----

Bibliografias em destaque do mês

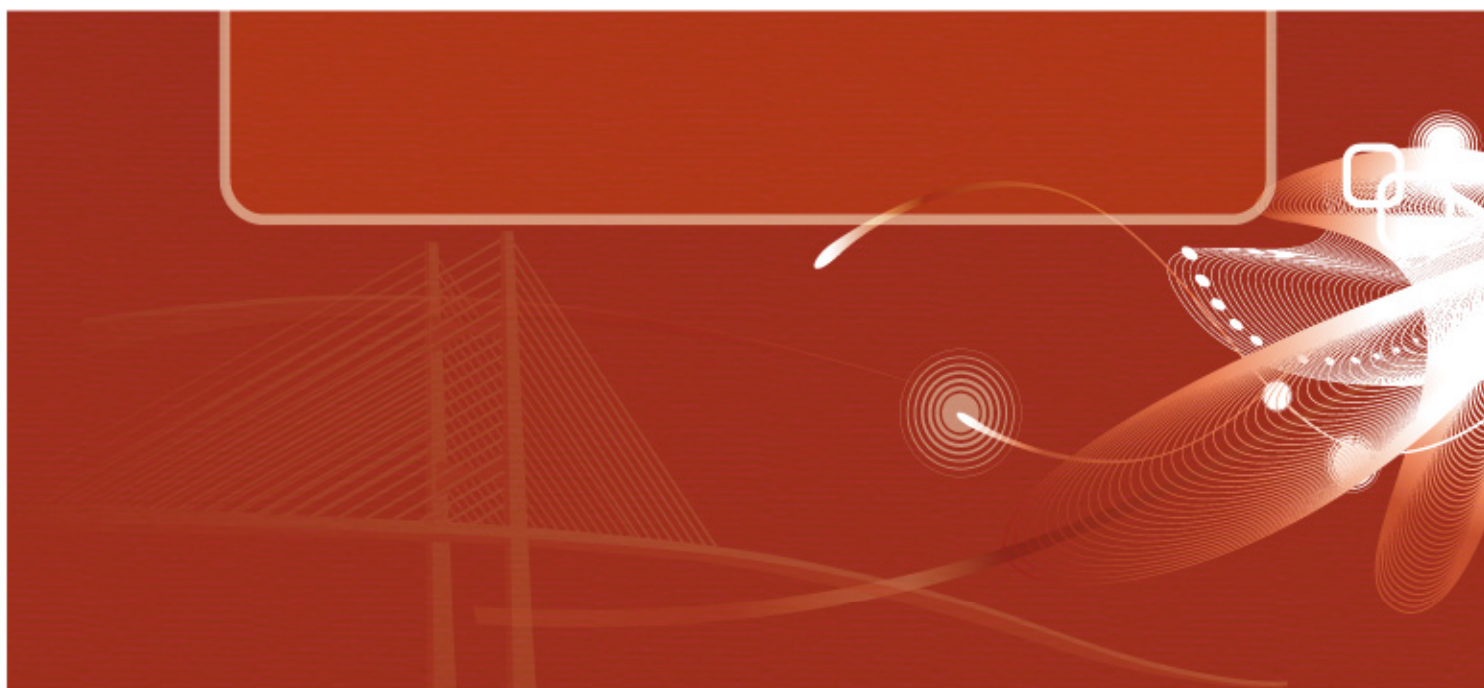
* Santa Gadea, R., ed. (2012). Integración física sudamericana diez años después : impacto e implementación en el Perú. Lima: Universidad del Pacífico; BID-INTAL; CEPEI.	66
* Kohon, J. (2011). Más y mejores trenes : Cambiando la matriz de transporte en América Latina y el Caribe. Washington: BID.	68
* Lippoldt, D. (2012). Policy Priorities for International Trade and Jobs. Paris: OECD.	69
* Relations between CARICOM and Central America and the Dominican Republic : a window of opportunity for trade and investment = Relaciones CARICOM, Centroamérica y la República Dominicana : Una ventana de oportunidades de comercio e inversión. (2012). Santiago de Chile: CEPAL.	70

Redação

.....	73
-------	----



Revista Integración & Comercio





Revista Integración & Comercio N° 34. Infraestructura física en ALC (espanhol e inglês)



El presente número de la Revista está dedicado a la integración física latinoamericana. Al diseñar los contenidos que se reseñan a continuación, el Comité Editorial procedió de la manera habitual, lanzando una invitación a la presentación de trabajos. El texto de la convocatoria propuso tópicos y preguntas focalizados sobre el tema en cuestión, pero ubicados a la vez en un amplio espectro. La integración física regional se apoya en una variada gama de instrumentos como las obras de infraestructura que reducen los costos de transporte y mejoran la conectividad, la estructuración financiera de inversiones de gran complejidad técnica y envergadura de capital. Pero no son menos relevantes los mecanismos de cooperación gubernamentales que proveen la necesaria coordinación de políticas y medidas que facilitan el comercio, o los impactos locales asociados a los emprendimientos especialmente aquellos ubicados en zonas fronterizas.

El documento se encuentra disponible en el siguiente [enlace](#).

Revista Integración & Comercio recebe artigos para edição 35 (espanhol e inglês)

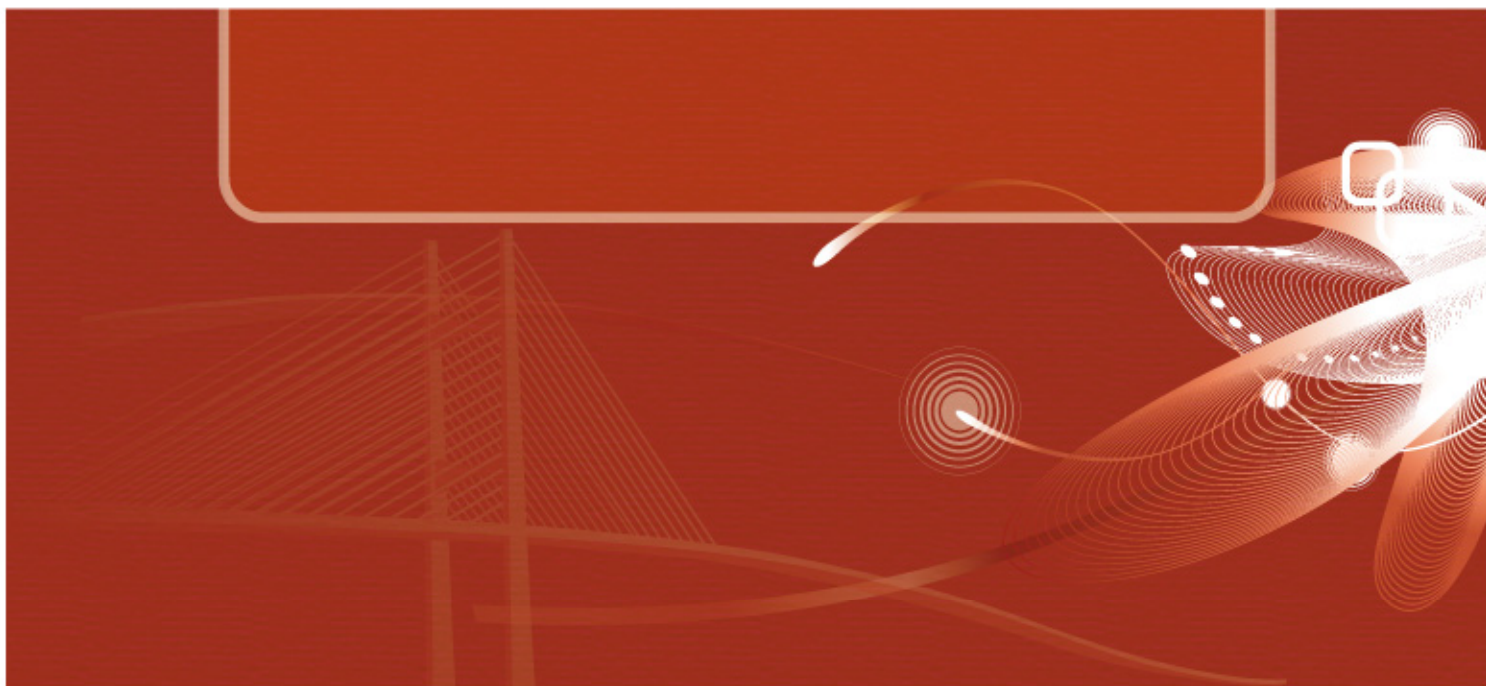
Exportaciones e inversiones en América Latina y el Caribe: tendencias recientes y perspectivas

Como es sabido, en el último decenio se constata un significativo incremento de las exportaciones de varios países de América Latina y el Caribe (ALC), en particular hacia el Asia. Dicho incremento de los vínculos comerciales no ha estado acompañado, sin embargo, de un aumento proporcional en las inversiones recíprocas entre los socios comerciales de la región y de Asia. Este hecho impide aprovechar indudables ventajas de la inversión extranjera directa (IED), entre las que vale destacar la posibilidad de diversificar y escalar la calidad (*upgrade*) de los vínculos comerciales mediante la superación de las barreras al comercio impuestas por la distancia y las diferencias culturales, así como por la mayor disponibilidad de capital y conocimiento que fluye hacia los países receptores. A esto se agrega, en ellos, la creación de nuevos empleos y la mitigación de los costos sociales generados por los desajustes en los mercados de trabajo que son producto del intercambio y la integración entre distintos socios comerciales. No obstante lo anterior, vale destacar que el incremento de los vínculos comerciales y el comportamiento de la IED registran importantes diferencias tanto entre subregiones de ALC como en relación con los distintos países asiáticos. Desde el punto de vista de la región, estas diferencias se traducen en diversos patrones de especialización y modalidades de inserción internacional, cada uno de los cuales abre espacios reales, pero sobre todo potenciales, para la cooperación y el aprendizaje mutuo.

Mais informações no seguinte [link](#).



Coluna de Análise





Caricom: Diretrizes para reformar a Secretaria

Cúpula Regional discute relatório com propostas de reforma da Secretaria[*]

Em uma reunião recente, os chefes de Governo dos países da Caricom[1] receberam o relatório final sobre a reestruturação da Secretaria da Comunidade, solicitado em julho de 2010.[2]

O documento, intitulado “[*Turning Around Caricom: Proposals to Restructure the Secretariat*](#)”, foi elaborado por consultores independentes e recebeu a supervisão de uma equipe que contou com representantes dos estados-membros.

No comunicado redigido ao fim das deliberações, os chefes de Governo aceitaram algumas recomendações do relatório e solicitaram esclarecimentos sobre outras. As autoridades determinaram que o secretário-geral deveria dar início ao processo de reestruturação da Secretaria, recorrendo a uma instância de facilitação da mudança para obter o apoio necessário para esse exercício.

Paralelamente, uma equipe de trabalho organizada na própria Conferência agirá em conjunto com funcionários da Secretaria para facilitar a obtenção dos benefícios regionais da reforma.

De acordo com as decisões da reunião de Paramaribo em março, o processo de mudança iniciado incluirá um plano estratégico para os primeiros cinco anos, que será submetido à avaliação da Conferência de Chefes de Governo em julho de 2012.

De acordo com o comunicado, os chefes de Governo aceitaram a proposta de preparar um programa que inclua prioridades estratégicas para o próximo quinquênio. Quanto à mecânica da reestruturação da Secretaria da Caricom, as autoridades decidiram enfrentar o desafio em dois níveis de ação: por um lado, solicitaram ao secretário-geral a designação de uma instância de apoio (como o relatório propõe) e também decidiram acompanhar o processo com uma equipe subordinada diretamente à própria Conferência.

Um diagnóstico da Secretaria da Caricom[*]

Devemos destacar, em primeiro lugar, que o documento ligado ao pronunciamento dos chefes de Governo não avalia, nem considera, o conteúdo dos objetivos e funções atribuídos à Caricom pelos seus instrumentos fundacionais a partir do Tratado de Chaguaramas; constam apenas algumas apreciações incidentais sobre a “complexidade” inerente ao compromisso de constituir um mercado comum.

Por outro lado, os autores se propuseram a fazer um diagnóstico da situação da Caricom como sistema organizacional de acordo com determinados parâmetros de eficácia e eficiência, passando depois a detalhar propostas relativas à reestruturação dos sistemas e procedimentos de gestão. No diagnóstico surgem três tipos de apreciações: em primeiro lugar, o trabalho levanta causas que poderiam ser atribuídas ao desempenho da organização que teriam induzido a uma situação presente em que se veem traços de vulnerabilidade. Depois, destaca um protesto sobre as restrições ou pontos fracos que, do ponto de vista institucional, são exógenas, mesmo quando também são fonte de frustração ao acrescentarem obstáculos ao desempenho comunitário. Por

último, analisa as estratégias de reestruturação institucional e reprogramação funcional, que poderiam contribuir para redirecionar o desempenho da organização.

Possíveis origens das dificuldades[*]

Sobre os possíveis motivos das dificuldades atuais destacam-se questões como a tendência de somar compromissos e atividades sem respeitar rigorosas ordens de prioridade, o que leva a uma falta de resultados tangíveis. Além disso, um “déficit de implementação” de diversas iniciativas parece ter abalado a credibilidade institucional da Secretaria.

Entre as fontes exógenas, as restrições mais significativas são as de índole geográfica, o tamanho do mercado e a complexidade.

As restrições geográficas (sintetizadas com a expressão “questão de Belize”) fazem referência aos obstáculos e custos das transações entre estados-membros em comparação com os do comércio e outras transações com terceiros. Para isso, utilizam-se como exemplo comparativo as condições das exportações de Belize para o México em relação às enfrentadas pelas vendas de Belize para outros estados-membros da Caricom.

As restrições de tamanho de mercado (sintetizadas com a expressão “questão de Luxemburgo”) ficam claras apenas ao observar o tamanho da população e o volume da atividade econômica dos países-membros. A região é habitada por cerca de 16,6 milhões de pessoas, com renda *per capita* de US\$ 5.700; o PIB regional é de aproximadamente US\$ 91 bilhões (ver Quadro 1).

Quadro 1. Caricom: população, PIB e PIB per capita

	População (2010)	PIB (US\$ correntes, bilhões)	PIB <i>per capita</i> (US\$ correntes)
<i>Países-membros</i>			
Antígua e Barbuda	90.801	1.211	13.765
Bahamas	346.900	7.702	22.454
Barbados	276.302	4.110	14.998
Belize	333.200	1.401	4.061
Dominica	NA	466	6.859
Granada	NA	773	7.435
Guiana	525.000	2.226	2.948
Haiti	10.085.214	6.710	671
Jamaica	2.702.300	14.252	5.275
Montserrat	NA	20.604	NA
Santa Lúcia	NA	1.198	6.884
São Cristóvão e Neves	NA	652	12.533
São Vicente e Granadinas	NA	705	6.466
Suriname	531.170	3.251	6.254
Trinidad e Tobago	1.317.714	20.604	15.365
<i>Países Associados</i>			
Anguila	15.962	NA	NA
Bermuda	64.566	5.765	89.235
Ilhas Virgens Britânicas	NA	NA	NA
Ilhas Cayman	54.878	NA	NA
Ilhas Turcas e Caicos	40.357	NA	NA

Fonte: ONU e Banco Mundial.

Com relação à complexidade, este é um aspecto sobre o qual o relatório não pode desviar a entidade do compromisso de integração assumido por meio da Caricom, porque reconhece que existe uma complicação inerente à criação de um Mercado Comum (*"Single Market"*), como revela a análise dos problemas enfrentados por ninguém menos do que a Comunidade Europeia recentemente.

Estratégia de reestruturação[*]

Com relação à estratégia de reestruturação, como primeiro ponto o relatório aconselha dar prioridade a objetivos que, embora sejam de longo prazo, podem ser atingidos progressivamente por meio de resultados intermediários claramente predeterminados. Neste sentido, os autores destacam a necessidade de desenvolver uma limitada gama de prioridades que poderiam ser encaradas com um critério realista e com recursos disponíveis durante um período de cinco anos. Como segundo ponto recomenda-se a adoção de medidas destinadas ao fortalecimento institucional da Caricom, fazendo referência aos seus diversos órgãos e às disciplinas sob as quais as prioridades estabelecidas deveriam ser abordadas.

Em terceiro lugar, os autores recomendam uma reestruturação essencial da Secretaria, com foco no agregado de valor regional com respeito às contribuições à integração, em questões que os países-membros não possam começar ou concluir por si mesmos.

Dentro da estratégia de reformulação destacam-se duas referências:

1. Uma delas corresponde à proposta – anterior ao relatório - de criar um novo órgão com as características de Comitê Permanente de Embaixadores. Este órgão teria a função de estabelecer um nexos permanente entre as atividades da Secretaria e cada um dos países-membros. O documento propicia a instalação de um Comitê semelhante, mas "informal", para servir de elo entre os países-membros e a Secretaria, prevendo a sua futura formalização como consequência de uma avaliação dos resultados da sua atuação, que deveria ser feita após determinado período de aplicação.
2. O segundo ponto destacado da reestruturação institucional faz referência à Secretaria. Neste aspecto, destaca a necessidade de promover a reformulação institucional por meio de um escritório de transição (*"Change Office"*), que deveria conduzir as mudanças, trabalhando diretamente com o secretário-geral.

Contando com uma pequena equipe de especialistas em questões estratégicas, esse escritório de transição teria então que se concentrar em preparar e concluir, dentro de um período predeterminado, o programa por meio do qual seriam fixadas as prioridades para o primeiro quinquênio.

Depois, o relatório avança sobre as características de reestruturação exigida pela Secretaria, a fim de implementar esta estratégia, depois da sua aprovação.

Texto sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Caricom reforma sua Secretaria](#)", em: *Carta Mensal N° 187*, março de 2012.

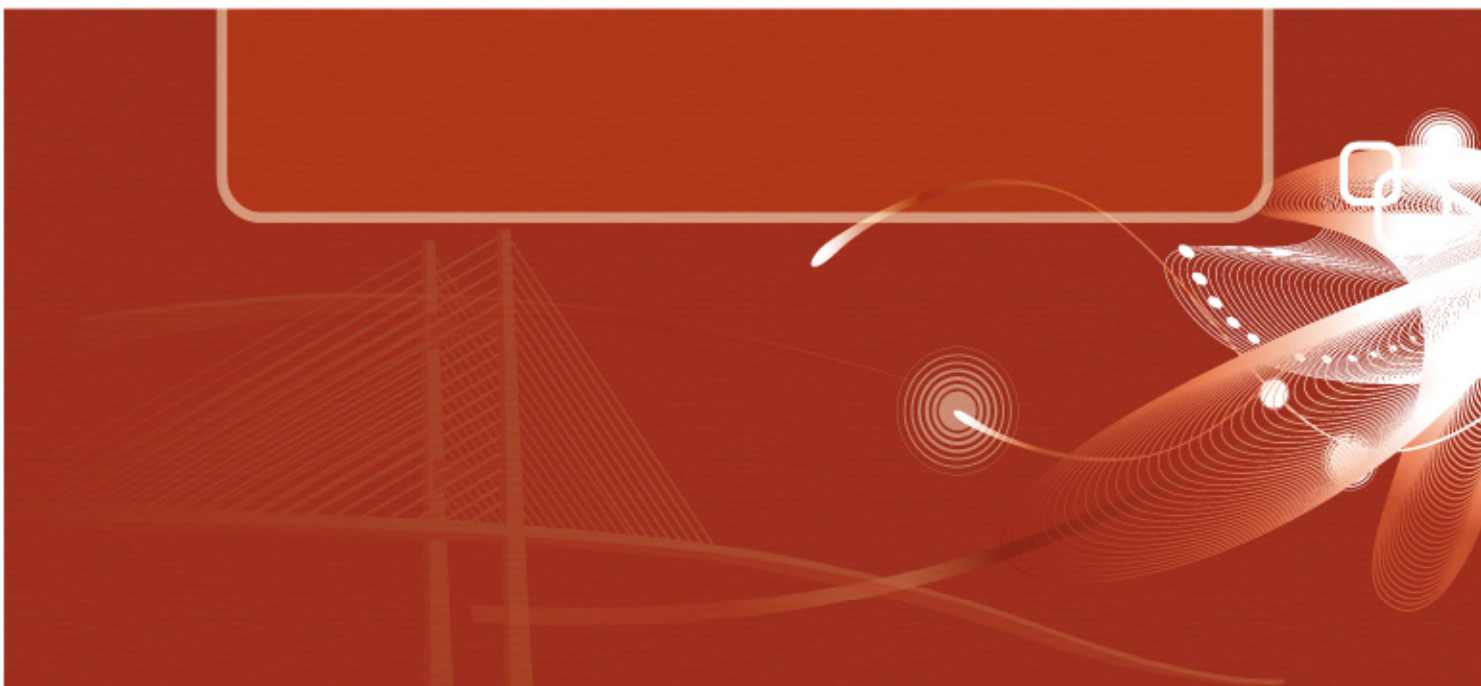
[*] Agradecemos a valiosa contribuição de Marcelo Halperin para a elaboração deste texto.

[1] 23ª Reunião entre períodos da Conferência de Chefes de Governo, nos dias 8 e 9 de março de 2012, Paramaribo, Suriname.

[2] Em uma reunião realizada em Montego Bay, Jamaica.



Blocos de Integração







Caribe

BID concede financiamento para enfrentar as mudanças climáticas no Caribe

O Banco anunciou uma contribuição de US\$10,6 milhões

O valor é encaminhado pelo BID ao Climate Investment Fund (CIF), formado pelo Clean Technology Fund (CTF) e pelo Strategic Climate Fund (SCF), que recebem financiamento de países e o canalizam em conjunto com diversas entidades multilaterais. A contribuição anunciada faz parte do *Pilot Program for Climate Resilience* (PPCR), o programa de investimentos estratégicos para a região do Caribe, originados em uma iniciativa conjunta de seis países – [Dominica](#), [Granada](#), [Haiti](#), [Jamaica](#), [Santa Lúcia](#) e [São Vicente e Granadinas](#) –, que contam com seus próprios programas nacionais.

O financiamento se destina a quatro áreas: (1) melhora de dados geoespaciais e gerenciamento para planejamento da adaptação e análise do impacto do aumento do nível do mar devido a tempestades; (2) consolidação e expansão da rede regional de monitoramento climático e os nexos com a plataforma global; (3) expansão de modelos de projeção climática de menor escala e de mapas de alta resolução; (4) criação de iniciativas de adaptação aplicada.

Os programas abrangidos pelo PPCR são implementados com base nos [Programas de Ação Nacionais de Adaptação \(Pana\)](#) desenvolvidos de acordo com a Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (*CQNUMC* /UNFCCC), concentrados em necessidades urgentes e imediatas dos países menos desenvolvidos.

O foco na região do Caribe para o acompanhamento das atividades do PPCR em nível regional é o *Caribbean Community Climate Change Centre* (CCCCC).

Com o apoio do CIF, 46 países em desenvolvimento estão realizando iniciativas piloto de tecnologia limpa, desenvolvimento sustentável de florestas, maior acesso a energia por meio de energias renováveis e desenvolvimento resistente ao clima. Têm prioridade os Países Menos Desenvolvidos (PMD) altamente vulneráveis, elegíveis para fundos concessionais de bancos multilaterais de desenvolvimento, incluindo Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID).

No caso do BID, o [financiamento concessional](#) é oferecido aos países-membros mais vulneráveis, por meio de empréstimos paralelos. Esta iniciativa faz parte da [Estratégia Integrada do BID de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas e de Energia Sustentável e Renovável](#) aprovada em março de 2011, com o objetivo de servir de instrumento guia para aumentar o apoio dado pelo Banco a atividades de mitigação e adaptação relativas às mudanças climáticas na América Latina e no Caribe. A Estratégia aproveitará os pontos fortes e as vantagens do BID para promover o desenvolvimento e a utilização de uma série de instrumentos financeiros e não financeiros dos setores público e privado, para fortalecer a capacidade institucional, técnica e financeira necessária para enfrentar os desafios acarretados pelas mudanças climáticas de uma ótica regional.

Textos sobre o assunto:

- BID. “[Caribbean to access \\$ 10.6 million in climate change financing through the IDB](#)”. Release para a imprensa.
- BID. “[O BID e o Caribe: Uma associação para o desenvolvimento](#)”. (clique no video abaixo).

Caricom e México decidem favorecer a expansão do comércio e dos investimentos

Os chefes de Estado e de Governo do México e dos países integrantes da Comunidade do Caribe (Caricom) se reuniram no dia 21 de maio passado em Barbados, na 2ª Cúpula Caricom-México, e decidiram adotar ações para favorecer a expansão do comércio e dos investimentos.

No final do encontro os líderes divulgaram uma [declaração conjunta](#) “inspirados por mais de três décadas de diálogo e de amizade”, em que reafirmaram seu compromisso com o aprofundamento e o fortalecimento desse laço baseado “no respeito mútuo, nos interesses compartilhados, na confiança e na profunda amizade, assim como no compromisso com a liberdade, a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito”.

As autoridades decidiram manter a identificação de iniciativas de cooperação nos setores de transporte aéreo e marítimo, turismo, energia, desenvolvimento portuário, comércio e investimentos, que serão canalizadas por meio do Programa de Cooperação Técnica México-Caricom.

Eles também destacaram o significado da Cooperação Triangular com o Haiti para promover as relações entre o México e a Caricom, uma das variantes da modalidade de cooperação sul-sul.[1] Este tema foi abordado especialmente pelo presidente mexicano, Felipe Calderón, no seu [discurso de inauguração](#) da Cúpula, ao destacar a “firme vontade do México de continuar apoiando os trabalhos de reconstrução do Haiti”.

O presidente mexicano também disse aos 15 líderes dos países que compõem a Caricom que será porta-voz dos seus interesses na próxima Cúpula do Grupo dos 20 (G-20) que o México preside este ano, nos dias 18 e 19 de junho, na cidade de Los Cabos.

O encontro também foi um âmbito propício para decidir reforçar a cooperação em nível multilateral, no processo de preparação da [Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20](#), em junho no Rio, “para chegar a entendimentos comuns no conceito de economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”.

Na declaração final, os chefes de Estado e de Governo presentes se comprometeram a realizar uma terceira reunião de cúpula, em 2014, no México.

[1] Com relação à cooperação sul-sul (CSS) e triangular, cabe destacar que o BID aprovou em 2004 a [Iniciativa de Bens Públicos Regionais](#) para dar apoio ao desenvolvimento dos países da ALC que realizaram um crescente movimento de bens, serviços e pessoas através da fronteira. Em 2011, o BID reafirmou seu compromisso para desenvolver ativamente a CSS e a promoção de bens públicos regionais ao aprovar uma nova [Estratégia Setorial de Apoio à Integração Competitiva Regional e Global](#) como parte do [processo de aumento de capital](#). O BID, por meio do seu Programa “[Esperança para o Haiti](#)”, acordou aumentar as doações ao país para mais de US\$2,2 bilhões ao longo desta década, a fim de apoiar a reconstrução e os projetos de desenvolvimento a longo prazo. Acesse o link “[Haiti e o BID depois do terremoto](#)” para obter mais informações.

Comunidades empresariais do Sica e da Caricom estreitam laços

A Secretaria da Comunidade do Caribe (Caricom) e o Sistema de Integração Centro-Americano (Sica) realizaram uma reunião de alto nível de representantes do setor privado das duas regiões no último dia 18 de maio em Puerto Espanha, Trinidad. O encontro foi organizado pelo Ministério de Comércio de Trinidad e Tobago e pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

O objetivo do evento foi promover um fórum para que a comunidade empresarial possa expressar os desafios e as dificuldades na esfera dos negócios entre as duas regiões, e continuar construindo os pilares de uma relação baseada na confiança.

A reunião teve a honra de contar com a presença de Irwin Larocque, secretário-geral da Caricom, e de Sir Edwin Carrington, que ocupou o mesmo cargo no período 1992-2010; na sua gestão foram realizadas as duas primeiras Cúpulas de Chefes de Estado Caricom-Sica.

Uma reunião empresarial de características similares foi realizada no âmbito da 3ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Sica e da Caricom, em El Salvador em agosto de 2011. Nesse encontro destacou-se o aumento do fluxo de comércio, que de 2008 a 2010 cresceu 9,4%, apesar da crise econômica internacional. Mesmo assim, os níveis de intercâmbio comercial ainda são considerados pequenos em relação ao comércio total das duas regiões. Os principais produtos comercializados são petróleo, gás de petróleo, óleos, adubos e produtos de ferro e aço, que os países do Caribe exportam para o istmo, e medicamentos, plásticos, alimentos, bebidas e madeiras, que a América Central envia para as ilhas caribenhas.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Sica e Caricom começam a discutir ALC](#)” em: *Carta Mensal INTAL Nº 130*, maio de 2007.
- BID-INTAL. “[3ª Cúpula De chefes De Estado E Governo Do Sica E Da Caricom](#)” em: *Carta Mensal INTAL Nº 181*, setembro de 2011.
- Secretaria da CARICOM. “[CARICOM and SICA Secretaries-General Laud Joint Business Event](#)”. Release para a imprensa, 18 de maio 2012.

América Central

Biocombustíveis, saúde e infraestrutura na mira do apoio do BID ao Projeto Mesoamérica

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sócio tradicional do Projeto Mesoamérica (PM), aprofunda seu apoio a projetos com ótica regional.

O PM surgiu da reestruturação do Plano Puebla-Panamá em 2008, como instrumento de cooperação, desenvolvimento e integração entre os países participantes do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla.[1]

Os projetos de interesse regional concebidos, elaborados, financiados e executados no âmbito do PM são resultado do trabalho conjunto dos países-membros, com o apoio de organismos internacionais que agem como sócios estratégicos; entre eles está o BID. Duas áreas de trabalho compõem o PM: por um lado, a interconexão física e a integração, e por outro, o desenvolvimento social; cada uma conta com vários programas específicos.

Áreas de trabalho do Projeto Mesoamérica

Interconexão física e integração	Desenvolvimento social
Interconexão Elétrica Mesoamericana	Biocombustíveis
Interconexão de Infraestrutura e Integração dos Serviços de Telecomunicações	Competitividade
Interconexão da Infraestrutura de Transporte e Facilitação Comercial	Saúde
	Meio Ambiente e Mudanças Climáticas
	Prevenção e Redução de Desastres Naturais
	Habitação Social

Fonte: Projeto Mesoamérica

Os objetivos, programas e projetos de cada eixo estão detalhados no portal oficial do [Projeto Mesoamérica](#).

Os últimos avanços do PM foram registrados nos programas de Biocombustíveis, Saúde e Interconexão da Infraestrutura de Transporte e Facilitação Comercial.

Biocombustíveis

Em maio deste ano, o BID começou a etapa de implementação de uma [Cooperação Técnica](#) não reembolsável de US\$ 350.000, para apoiar a [Rede Mesoamericana de Pesquisa e Desenvolvimento de Biocombustíveis](#) (RMIDB).

O objetivo geral do Programa de Biocombustíveis é incentivar o uso de combustíveis menos poluentes para contribuir para a redução dos efeitos das mudanças climáticas, evitando a concorrência com a produção de alimentos.

A RMIDB foi lançada em 2009 como parte desse programa e busca fomentar as pesquisas e a transferência de tecnologia, promover o intercâmbio de experiências, recursos humanos e melhores práticas entre os países do PM, com o objetivo de garantir um crescimento harmônico do setor dos biocombustíveis na região.

O apoio técnico e financeiro do BID se concentrará em produzir uma base de dados sobre os projetos dos países em matéria de biocombustíveis; elaborar instrumentos de política pública como legislações e regulamentos; e, por último, realizar workshops e seminários para o desenvolvimento de capacidades acadêmicas e técnicas. O projeto terá uma duração de 12 meses.

Mais informações sobre a RMIDB no seguinte [link](#).

Saúde

Em abril passado o presidente do BID, Luis Alberto Moreno, [anunciou](#), em conjunto com os demais

participantes da [Saúde Mesoamérica 2015](#) (SM2015), o início das primeiras oito operações desta iniciativa, no valor total de US\$ 55 milhões, em Belize, Honduras, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Panamá.

Os recursos totais da SM2015 chegam a US\$ 200 milhões, dos quais US\$ 54 milhões serão aportados pelos países em uma modalidade de financiamento baseado em resultados: uma parte do financiamento é desembolsada depois que os governos atingem as metas previstas em termos de cumprimento de cobertura ou de qualidade dos serviços de saúde prestados.

A SM2015 é uma associação público-privada lançada em 2010[2] entre a Fundação Bill e Melinda Gates, o Instituto Carlos Slim de Saúde, o governo da Espanha e o BID, no âmbito do PM. A iniciativa é um instrumento catalisador para o cumprimento das metas de saúde estabelecidas pelo [Sistema Mesoamericano de Saúde Pública](#) (SMSP).

Este programa visa aumentar a cobertura e a qualidade da saúde na região mesoamericana, a fim de elevar os padrões de vida da população. Alguns desses objetivos serão enfocados pela iniciativa SM2015, que implementará projetos de saúde para os 20% da população mais pobre da sub-região, e mais especialmente para mulheres e crianças com menos de 5 anos, com foco na saúde reprodutiva, nutrição, vacinação, malária e dengue.

O BID atua como administrador dos recursos e organismo executor, além de ser responsável por criar os projetos em conjunto com os ministérios da saúde dos governos.

Mais informações sobre SM2015 no seguinte [link](#).

Fundo de Infraestrutura para países da América Central e do Caribe

O BID também será responsável pela elaboração e pelo assessoramento técnico dos projetos que serão financiados por meio do [Fundo de Infraestrutura para Países da América Central e do Caribe](#).

Os recursos, aproximadamente US\$ 160 milhões, serão outorgados pelo governo do México e canalizados pelo Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE).

Os recursos serão destinados a obras de infraestrutura da região identificados pelo BID como prioritários. Os primeiros projetos selecionados são: (1) a ampliação e a melhoria da rodovia Villa San Antonio-Goascorán e do trecho Choluteca-Guasaule do Corredor Pacífico mesoamericano, em Honduras; e (2) a reconstrução e a melhoria da estrada Empalme Izapa-Empalme Nejapa, na Nicarágua. Os dois projetos fazem parte da [Rede Internacional de Estradas Interamericanas](#) (Ricam, sigla em espanhol) do Programa de Interconexão da Infraestrutura de Transporte e Facilitação Comercial, do Eixo de Interconexão Física e Integração do PM.

[1] O Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla é formado por Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e México; recentemente também se uniram a Colômbia (2006) e a República Dominicana (2009). O Mecanismo foi criado em 1991 como fórum de diálogo para abordar temas políticos, econômicos e comerciais que afetam a sub-região.

[2] Ver BID-INTAL. [“Lançamento do Programa ‘Salud Mesoamérica 2015’](#)”, em: *Carta Mensal INTAL* Nº 167, julho de 2010.

O comércio intrarregional dribla a crise e ganha espaço em negociações regionais

Em um encontro regional recente,[1] o secretário-geral da Sieca, Ernesto Torres Chico, fez uma apresentação da [situação e de perspectivas da sub-região](#) em termos de integração econômica. No atual contexto de incerteza da economia mundial, foi uma grata notícia saber que em 2011 o comércio intrarregional atingiu cerca de US\$ 7,2 bilhões (o que representa 26% das exportações totais do bloco), um nível nominal 9% superior aos US\$ 6,6 bilhões registrados em 2008. O número é mais expressivo ainda se pensarmos que em 1991 - ano em que o Protocolo de Tegucigalpa foi assinado - esses fluxos comerciais não passavam de US\$ 1 bilhão. Sem dúvida, o processo de integração regional evoluiu, ao mesmo tempo que as economias centro-americanas aprofundaram os seus laços na economia global.

Na mesma reunião foi assinado um [Acordo de Trabalho Conjunto](#), com as diretrizes para estabelecer uma tarifa externa comum uniforme, implementar uma administração alfandegária comum, harmonizar sistemas tributários e homologar medidas sanitárias e fitossanitárias. Torres Chico apresentou também os números atualizados do comércio, publicados no último [Boletim Estatístico: “Comércio Exterior Centro-Americano de Estatísticas de Comércio”](#), de janeiro de 2012.

Estes avanços não são independentes da vitalidade das negociações comerciais na região. No dia 14 de maio, foi realizada em Tegucigalpa a 42ª Reunião do Conselho de Ministros de Integração Econômica (Comieco) que confirmou os avanços realizados no âmbito das negociações do Subsistema de Integração Econômica Centro-Americana (Sieca) nos seus eixos centrais: a formação da União Alfandegária, a incorporação do Panamá e o Acordo de Associação com a União Europeia. No encontro foi aprovado o Plano de Trabalho para o primeiro semestre de 2012[2], que tem as seguintes áreas prioritárias:

- Tarifas alfandegárias e regras de origem
- Procedimentos alfandegários
- Regulamentação técnica
- Barreiras não tarifárias
- Incorporação do Panamá ao Sieca.

Também foram ratificados cinco regulamentos técnicos centro-americanos (RTCA) negociados e aprovados pelos Grupos Técnicos no âmbito da 2ª Rodada de Negociações da Sieca, realizada de 23 a 27 de abril em Tegucigalpa. Esses regulamentos que permitirão a facilitação do comércio - principalmente no setor de alimentos -, entrarão em vigor seis meses depois de serem assinados. É previsível uma redução dos custos do intercâmbio comercial graças à harmonização de critérios técnicos para a apresentação e a circulação de produtos na região, principalmente normas que envolvem alimentos, incluídos os usados para nutrição animal.

Nesta Rodada, também se reuniram os Grupos de Trabalho Tarifário, de Registros, de Alfândegas, Informático de Alfândegas, o Fórum de Diretores de Alfândegas da América Central e o Fórum de

Vice-ministros de Integração Econômica e Comércio Exterior da América Central.

A 3ª Rodada será realizada durante a semana anterior à 34ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Sica, programada para o próximo dia 29 de junho.

[1] O 9º encontro das Comissões de Integração, Comércio e Relações Exteriores dos Congressos e Assembleias Legislativas dos Estados-Membros do Sica e a Comissão de Integração, Comércio e Desenvolvimento Econômico do Parlamento Centro-Americano, realizado em San Salvador no dia 22 de maio.

[2] Até o momento o Sieca vinha realizando rodadas de negociações com base em um aval dos vice-ministros de Comércio Exterior, devido à demora da aprovação do Plano de Trabalho pelo Comieco.

Várias frentes nas negociações comerciais externas da América Central

Guatemala e Trinidad e Tobago buscam ampliar o comércio bilateral

Em 2011, a Guatemala exportou para Trinidad e Tobago US\$ 14,4 milhões e importou US\$ 12,6 milhões, posicionando-se como um sócio de baixa relevância para a economia centro-americana, que nesse ano exportou mais de US\$ 10 bilhões e importou US\$ 16,6 bilhões.

Para a Guatemala, o acordo com Trinidad e Tobago é uma porta de entrada para os demais países do Caribe. Esta mesma estratégia foi adotada pela Costa Rica, que em 2002 assinou um tratado com o mesmo país caribenho e depois o estendeu aos outros membros da Comunidade do Caribe (Caricom).[1] Da mesma forma, o [Panamá concluiu a negociação de um AAP com Trinidad e Tobago](#) em junho de 2011 e demonstrou vontade de ampliá-lo para outros países do Caribe, a fim de depois fazer um acordo com o bloco todo.

O [Tratado Revisado de Charaguamas](#), que criou a Caricom, permite que seus membros assinem acordos comerciais com outros países após aprovação da Secretaria, desde que isso não seja prejudicial para os demais sócios (artigo 80). Além disso, o Conselho para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico (Coted, sigla em inglês) tem que aprová-lo.

Por sua vez, o [Protocolo ao Tratado Geral de Integração Centro-Americana](#) (Protocolo da Guatemala) permite que os estados-membros “negociem unilateralmente acordos com outros países, desde que informem previamente a sua intenção ao Comitê Executivo de Integração Econômica e definam um mecanismo de coordenação e informação sobre os avanços das negociações, e que o resultado desses acordos respeite os compromissos assumidos neste Protocolo” (artigo 12). Devem ser seguidas as “normas comuns de comércio nas negociações com outros países, principalmente no que se refere a regras de origem, práticas de comércio desleal, cláusulas de salvaguarda e normas técnicas”. O artigo 11 prevê ainda que os estados-membros coordenem e harmonizem as suas relações comerciais externas de maneira gradual e flexível. As negociações começaram em abril deste ano entre os dois países, a fim de atingir um Acordo de Alcance Parcial (AAP), que visa promover o comércio dos produtos prioritários para cada economia, estabelecendo regras claras e estáveis para o intercâmbio comercial.

Na [primeira rodada](#), realizada em Puerto Espanha, capital de Trinidad e Tobago, foram definidos a base normativa do acordo e o esquema para permutar solicitações de produtos, foram discutidos os obstáculos técnicos para o comércio e negociados temas ligados à administração do acordo. De 21 a 26 de maio, foi realizada a [segunda rodada](#) no país centro-americano com três mesas de trabalho: acesso a mercados, regras de origem e questões jurídicas. Os principais avanços foram registrados nos conteúdos normativos: foram concluídas as negociações sobre antidumping e medidas compensatórias, obstáculos técnicos ao comércio, valorização alfandegária, cooperação e medidas sanitárias e fitossanitárias. Também começaram as discussões sobre as listas de produtos de interesse. Segundo María Luisa Flores Villagrán, [vice-ministra de Integração e Comércio Exterior da Guatemala](#), as economias mostram traços de complementaridade: enquanto o país centro-americano se especializa em produtos agroindustriais e manufaturas leves, Trinidad e Tobago têm vantagens comparativas na produção de petróleo e seus derivados, gás natural e aço e

suas manufaturas. Entre as mercadorias que a Guatemala enumerou na solicitação de acesso estão queijos, flores, folhagens, vegetais, frutas, preparações de carne, cereais, calçados, refrigeradores, baterias e plásticos.

A terceira rodada será realizada em julho no país caribenho. Até esse momento, o trabalho de negociação continuará por meio de minirrodadas realizadas por videoconferência.

Negociações com a Associação Europeia de Livre Comércio

Os Grupos Técnicos da Costa Rica, Guatemala, Honduras e Panamá se reuniram com seus pares da Associação Europeia de Livre Comércio (Aelc), formada pela Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein, na primeira semana de junho no Panamá.

As conversações tiveram início em março de 2011 e em fevereiro deste ano houve a primeira rodada de negociações em Genebra, Suíça.

No âmbito da segunda rodada de negociações para elaborar um Tratado de Livre Comércio (TLC), foram discutidos, entre outros temas, o acesso a mercados, medidas sanitárias e fitossanitárias, obstáculos técnicos ao comércio, alfândegas, regras de origem, facilitação do comércio, defesa comercial, serviços, investimentos, propriedade intelectual, disposições institucionais e solução de controvérsias.

Segundo o [Ministério de Comércio Exterior da Costa Rica](#), os principais avanços foram registrados nas compras ao setor público, serviços, propriedade intelectual e regras de origem, com a aceitação da possibilidade de acumulação regional, entre os países que participam da negociação, e uma ampliada, que permitiria somar origem com outro país com o qual se tenha um TLC em comum. As listas de acesso a mercados serão intercambiadas a partir de julho.

A próxima rodada será dia 27 de agosto na Costa Rica e a expectativa é que no segundo semestre deste ano sejam fechadas negociações.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“1ª Rodada de negociações entre a Associação Europeia de Livre Comércio e a Costa Rica, Guatemala, Honduras e Panamá”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 187*, março de 2012.
- BID-INTAL. [“América Central e Panamá discutem possível tratado de livre comércio com a Aelc”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 176*, abril de 2011.

[1] O Tratado de Livre Comércio entre a Costa Rica e a Caricom está disponível no site de Instrumentos Jurídicos do BID-INTAL no seguinte [link](#).

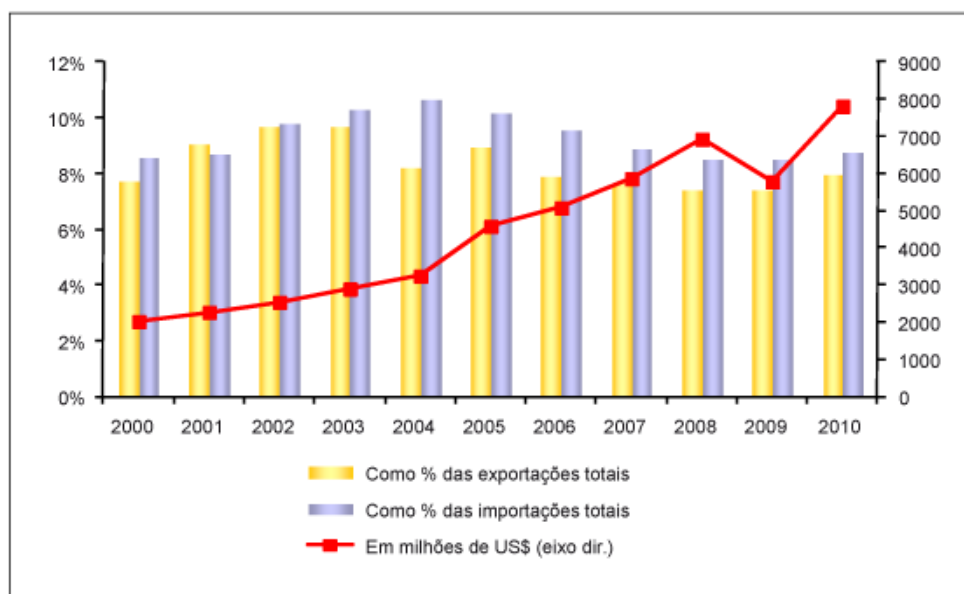
Comunidade Andina

CAN comemora 43 anos

Os países da Comunidade Andina (CAN) comemoraram no dia 26 de maio os 43 anos da assinatura do Acordo de Cartagena, que estabeleceu o processo de integração andina.

Durante a celebração, o secretário-geral da CAN, Adalid Contreras Baspineiro, destacou os avanços obtidos no processo de integração sub-regional nos âmbitos comercial, social e energético. Com relação à área comercial, destacou a consolidação do Mercado Ampliado Andino e o impulso registrado pelo comércio intra-andino. Como foi mencionado na [*Carta Mensal do Intal N°188*](#), o intercâmbio comercial entre os países da região passou de US\$ 2,02 bilhões em 2000 para US\$ 7,81 bilhões em 2010 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução do comércio intrarregional



Fonte: CAN.

Além disso, o coordenador do Centro de Pesquisa da Universidade do Pacífico e autor do livro *Efecto Plataforma en la CAN*, Fernando Gonzalez Vigil, destacou que a Comunidade Andina conseguiu avanços importantes na área econômica e comercial que justificam a sua existência e que merecem ser preservados e aperfeiçoados. Uma resenha deste trabalho pode ser lida na [Carta Mensal do Intal](#).

Mais informações nos links: [\[1\]](#); [\[2\]](#) e [\[3\]](#).

Texto sobre o assunto:

- BID-INTAL, "[40 anos de integração andina](#)", em: *Carta Mensal N° 154*, maio de 2009.

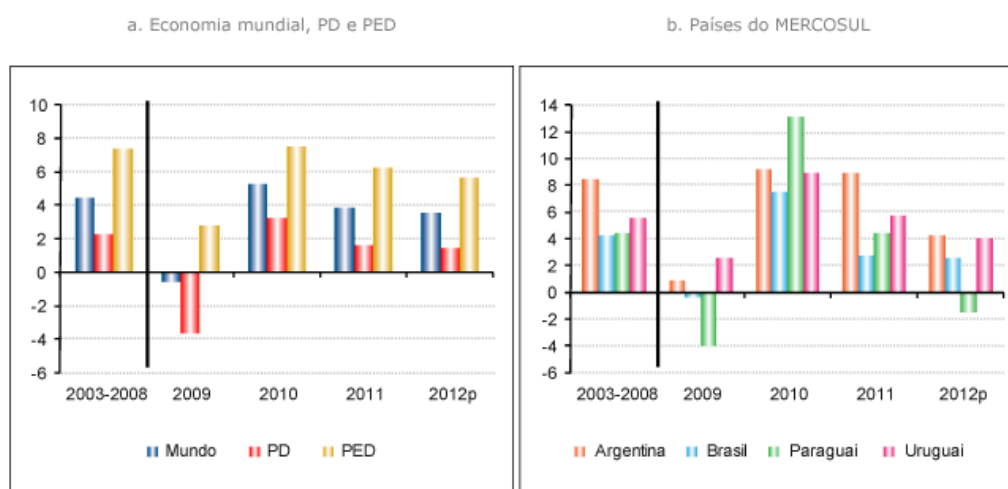
MERCOSUL

Medidas comerciais se intensificam no Mercosul

Diante das turbulências do cenário internacional, os países do Mercosul adotaram diversas medidas para tentar reduzir o impacto negativo na economia doméstica, como vem sendo exposto em edições anteriores da Carta Mensal. A seguir são apresentadas as principais medidas tomadas recentemente pelos países do bloco.

A produção mundial continua diminuindo e em 2012 o PIB global deve crescer 3,5%, o que representa 0,4 p.p. menos do que em 2011.[1] A redução do ritmo de expansão é generalizada tanto para os países desenvolvidos (PD), como para os países em desenvolvimento (PED) (Gráfico 1a). As economias do Mercosul não estão imunes a essas tendências: em 2012 devem exibir um desempenho inferior ao de 2003-2008 e uma deterioração em comparação com 2011 (Gráfico 1b).

Gráfico 1. Evolução da economia mundial, PD, PED e Mercosul Variação real interanual do PIB

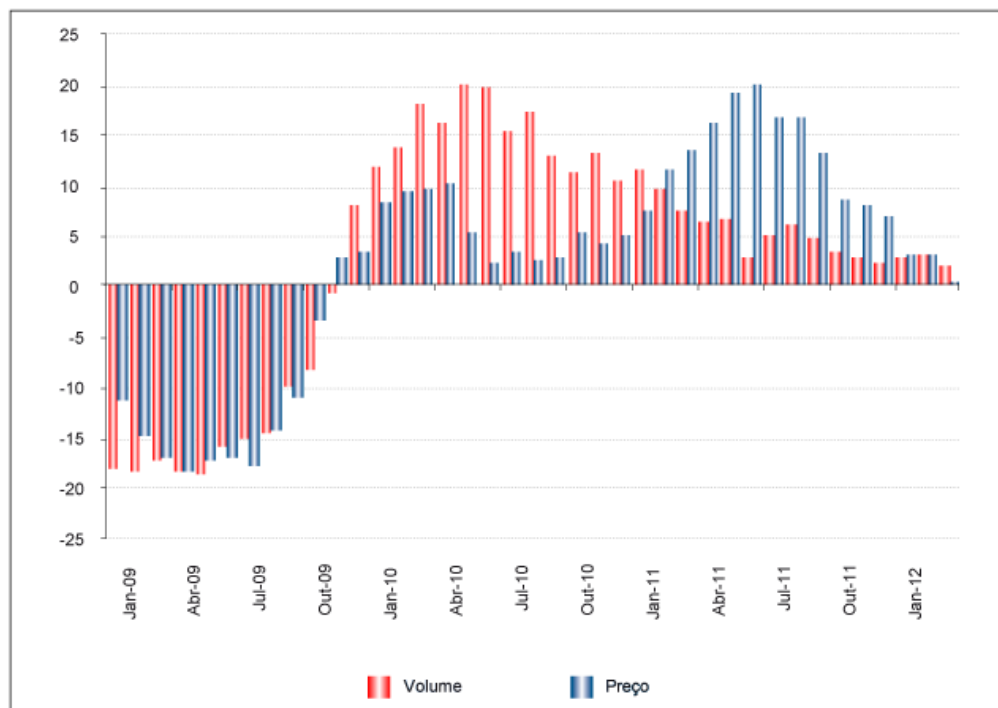


Obs.: Os números de 2012 correspondem a projeções. PIB mundial, PD e PED: FMI (abril 2012). Argentina, Brasil e Uruguai: média de expectativas de mercado dos bancos centrais (último dado disponível). Paraguai: cenário intermediário das projeções do BCP (abril 2012). Fonte: FMI, Indec, BCB, BCP e BCU.

Esse desaquecimento global já está tendo impacto nos fluxos de comércio internacional, cujas taxas de crescimento diminuíram consideravelmente durante os últimos meses, tanto em termos de preços como de quantidades (Gráfico 2). Como se observa no Quadro 1, até agora as exportações e as importações do Mercosul, que estavam crescendo a taxas elevadas nos anos anteriores, reduziram seu ritmo de expansão e em alguns casos se contraíram. Um fato a destacar é que o comércio intrazona diminuiu e teve um desempenho pior do que o intercâmbio com o restante do mundo durante os primeiros meses de 2012 em todos os países do Mercosul, com exceção do Paraguai (Quadro 2).

Gráfico 2. Evolução do comércio mundial

Variação interanual de preços e quantidades



Fonte: CBP.

Quadro 1. Evolução do comércio total dos países do Mercosul

Variação interanual

	Exportações a/			Importações b/		
	2010	2011	2012 c/	2010	2011	2012 c/
Argentina	22,4%	23,7%	3,8%	45,7%	30,8%	-3,9%
Brasil	32,0%	26,8%	4,5%	42,3%	24,6%	7,4%
Paraguai	43,2%	21,7%	-8,2%	44,7%	31,0%	-2,5%
Uruguai	24,6%	18,5%	8,5%	24,8%	24,4%	6,6%

Obs.: a/ FOB. b/ Argentina, Paraguai e Uruguai: CIF. Brasil: FOB. c/Argentina, Brasil e Paraguai: Janeiro-Abril. Uruguai: Janeiro-Fevereiro. Com relação a igual período do ano anterior. Fonte: Indec (Argentina), Secex-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

Neste contexto difícil, com a continuidade de efeitos da instabilidade instalada em países-chave desde 2008, muitos governos estão recorrendo ao uso de medidas comerciais restritivas com o objetivo de proteger a produção nacional. De acordo com a Global Trade Alert (GTA),[2] a Argentina e o Brasil estão entre as economias que implementaram mais restrições ao comércio, em segundo e sétimo lugar, respectivamente (Quadro 3).

Quadro 2. Evolução do comércio intra-Mercosul

Variação interanual

	Exportações a/			Importações b/		
	2010	2011	2012 c/	2010	2011	2012 c/
Argentina	23,9%	23,6%	-3,7%	45,2%	23,6%	-10,3%
Brasil	42,8%	23,2%	-8,8%	26,8%	16,6%	-3,6%
Paraguai	43,2%	28,4%	2,7%	47,4%	33,2%	8,0%
Uruguai	40,8%	11,7%	-3,9%	-0,6%	34,0%	-8,3%

Obs.: a/ FOB. b/ Argentina, Paraguai e Uruguai: CIF. Brasil: FOB. c/Argentina, Brasil e Paraguai: Janeiro-Abril. Uruguai: Janeiro-Fevereiro. Fonte: Indec (Argentina), Secex-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

As barreiras não tarifárias (BNA) foram os instrumentos mais utilizados pela Argentina (56,1% do total), seguidas em importância pelas medidas de defesa comercial (salvaguardas, direitos antidumping e medidas compensatórias), que representam aproximadamente um quarto do total. No Brasil 36,8% das novas restrições correspondem a taxas alfandegárias – as barreiras mais utilizadas pelo Paraguai e pelo Uruguai -, e 31,6% a medidas de defesa comercial (Gráfico 3).

Quadro 3. Medidas restritivas do comércio segundo país de implementação de 2008-Maio 2012. Economias selecionadas

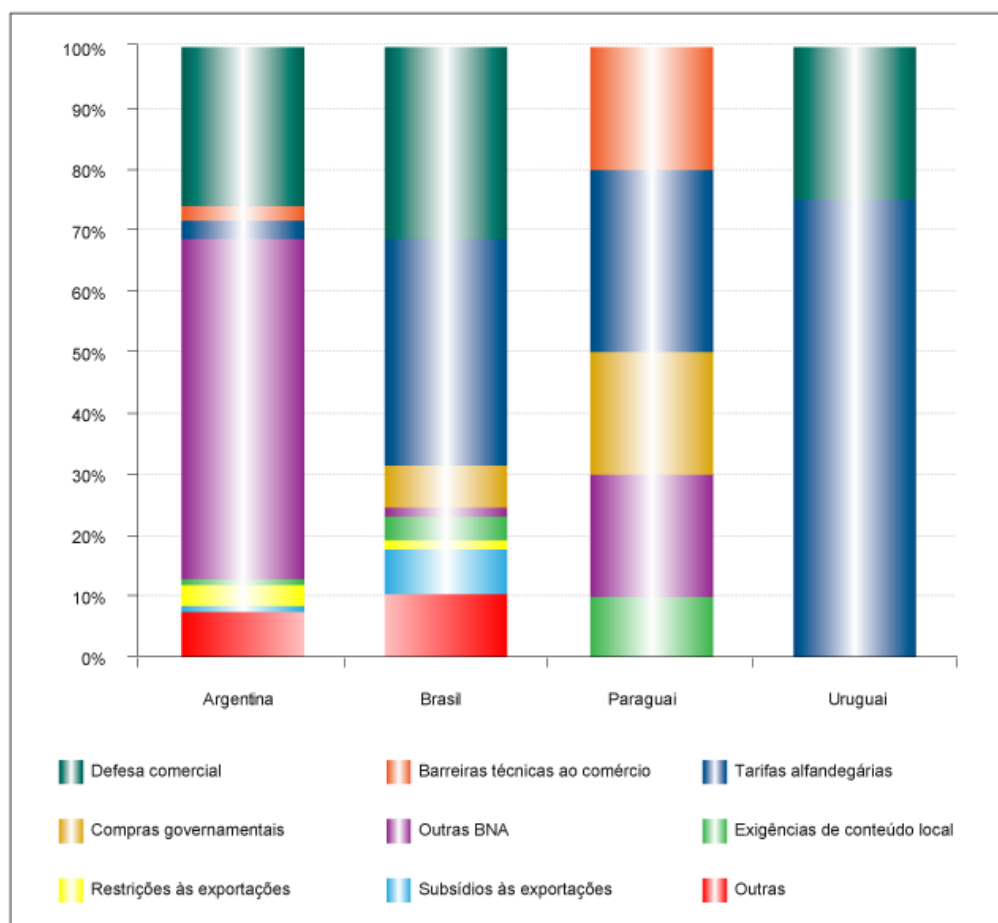
Posição a/	País	Medidas vermelhas e amarelas b/	Quantidade de linhas tarifárias afetadas por medidas vermelhas	Quantidade de setores afetados por medidas vermelhas	Quantidade de sócios comerciais afetados por medidas vermelhas
1	Rússia	193	446	45	145
2	Argentina	169	467	63	152
3	EUA	121	155	43	124
4	China	101	701	52	193
5	Índia	99	399	33	153
6	Reino Unido	91	161	27	153
7	Brasil	90	256	33	132
8	França	87	118	30	151
9	Alemanha	86	61	44	156
10	Itália	75	70	27	145
63	Paraguai	8	72	12	41
81	Uruguai	4	4	3	35

Obs.: a/ Informações em 31 de maio de 2012. De acordo com a quantidade de medidas restritivas implementadas. b/ As medidas vermelhas implementadas são as que, praticamente com certeza, restringem o comércio. As medidas amarelas são as já implementadas que podem ter caráter discriminatório ou que estão sendo consideradas e, em caso de implementação, quase certamente restringiriam o comércio. Fonte: Global Trade Alert (GTA).

Alinhada com o que acontece nos demais países, a China é o país mais afetado pelas restrições comerciais implementadas pelos países do Mercosul. Não obstante, cabe assinalar que, com exceção do Uruguai, todos os países do bloco adotaram barreiras que dificultam o comércio intrabloco. De fato, o Brasil é o segundo país mais afetado (em quantidade de medidas) pelas restrições impostas pela Argentina e pelo Paraguai.

Gráfico 3. Principais restrições comerciais impostas pelos países do Mercosul, de acordo com o tipo de medida

Em % do total



Fonte: Global Trade Alert (GTA).

No que diz respeito ao comércio intra-Mercosul, continuam as queixas relativas às [medidas](#) implementadas principalmente pelos sócios maiores. Recentemente, o Brasil suspendeu o regime de licenças automáticas de importação para alguns produtos perecíveis – tais como maçãs, uvas, vinhos, batatas e queijos –, afetando produtos argentinos e de outras origens, o que retarda a entrada desses bens por não autorizar a importação de maneira imediata. Posteriormente, um [acordo](#) entre autoridades dos dois países permitiu destravar a entrada de uvas e passas argentinas

no Brasil, além da importação de carne suína brasileira pela Argentina. Em uma [reunião](#) bilateral realizada no início de junho buscaram-se soluções para outros conflitos que afetam o comércio entre as dois países, mas ainda persistem algumas barreiras. Com relação ao intercâmbio com o restante do mundo, por um lado o Brasil incorporou à sua legislação interna a Decisão CMC 39/11, que autoriza o aumento temporário (12 meses prorrogáveis por igual período) da Tarifa Externa Comum (TEC) até o nível consolidado na Organização Mundial do Comércio (OMC) para uma lista de até 100 produtos por país, diante de desequilíbrios comerciais causados pela conjuntura internacional. Até o momento, apenas as duas maiores economias do bloco internalizaram essa decisão. O Paraguai e o Uruguai, plausivelmente com menores capacidades internas de substituir importações, se mostraram mais relutantes em aumentar as tarifas para suas compras extrazona. A Argentina, por sua vez, anunciou um aumento de 14% (2% no caso dos não produzidos localmente) da tarifa alfandegária para as importações de bens de capital, retornando assim ao nível acordado no Mercosul, depois de mais de uma década de tarifa zero sobre esses produtos. É necessário mencionar que a União Europeia (UE) apresentou formalmente uma [queixa](#) à OMC contra a Argentina, ao solicitar a celebração de consultas no âmbito do sistema de solução de controvérsias do organismo devido a barreiras comerciais implementadas pelo país sul-americano. As partes têm 60 dias para resolver a diferença por meio de consultas. Se não o fizerem nesse prazo, o reclamante pode pedir que a questão seja resolvida por um grupo especial. A Argentina aceitou o pedido de consulta apresentado pela UE, mas [rejeitou](#) todos os pontos expostos pelo bloco. Por outro lado, a Argentina [manifestou](#) à UE sua preocupação com a proibição do uso de biodiesel não produzido na UE aprovada pela Espanha, que restringe a entrada do combustível argentino.

Texto sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Políticas ativas em países do Mercosul diante do desaquecimento da economia no mundo](#)", em: *Carta Mensal INTAL N°188*, abril de 2012.

[1] Fonte: FMI. Abril de 2012; por paridades de poder aquisitivo.

[2] GTA é uma iniciativa independente apoiada por instituições governamentais e não governamentais que fornece informações em tempo real sobre medidas implementadas pelos governos no âmbito da crise que têm ou podem ter efeitos discriminatórios sobre o comércio internacional. Mais informações no seguinte [link](#).

Unasul aprova Regulamento Geral

No dia 11 de junho foi realizada a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) em Bogotá, Colômbia. Durante o encontro foi aprovada a Declaração de Bogotá, que destaca a aprovação do Regulamento Geral do organismo - instrumento complementar ao Tratado Constitutivo – e do Orçamento Anual de Funcionamento até 2013.

Depois, na Casa de Nariño, sede da Presidência colombiana, houve a cerimônia de transferência da Secretaria Geral da Unasul de María Emma Mejía, que estava na função desde maio de 2011, para o ex-chanceler da Venezuela Ali Rodríguez Araque. Cabe mencionar que, segundo o artigo 10 do Tratado Constitutivo da Unasul, o posto de secretário-geral pode ser ocupado por dois anos (com uma renovação), deve ter uma rotatividade de nacionalidades e ser exercido com dedicação exclusiva. Neste caso em particular, Maria Emma Mejía e Ali Rodríguez estão concluindo o mandato que Néstor Kirchner, primeiro secretário-geral, de maio a outubro de 2010, não conclui por seu falecimento; após um período de vacância, María Emma Mejía foi designada para o período 2011-2012 e Ali Rodríguez para 2012-2013.

Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#), [\[2\]](#)

Avanços na integração da energia regional

No dia 7 de junho foi apresentada a publicação [*Unasul: Um Espaço que Consolida a Integração Energética*](#), na sede da Secretaria Geral do bloco sul-americano, em Quito, Equador. Realizada em conjunto com a Organização Latino-Americana de Energia (Olade), a publicação estuda a evolução do setor energético na sub-região desde a 1ª Cúpula sobre Integração Energética, em abril de 2007. Além disso, é apresentada a estrutura do Tratado Energético Sul-Americano, aprovado em 2010, e a situação atual dos recursos energéticos em cada um dos 12 países que compõem a União. Anteriormente, em 18 de maio foi realizada a 3ª Reunião do Conselho Energético Sul-Americano, com a presença de ministros e vice-ministros dos países-membros da Unasul. O encontro teve por objetivo expor os avanços para o estabelecimento de um tratado que garantisse a segurança

energética regional e a utilização sustentável dos recursos naturais. Para isso, foi acordada a criação de um Grupo Especializado *Ad Hoc* em matéria jurídico-política para fornecer conteúdo normativo concreto à estrutura do Tratado Energético Sul-Americano em discussão. Como antecedentes pode-se mencionar que o Conselho Energético da Unasul foi criado em abril de 2007. Posteriormente, durante a Reunião Extraordinária de chefas e chefes de Estado e de Governo da Unasul, realizada em maio de 2010 em Los Cardales, Argentina, foram aprovados os Alinhamentos da Estratégia Energética Sul-Americana, o Plano de Ação para a Integração Energética Regional, e a Estrutura de Trabalho Energético Sul-Americano.

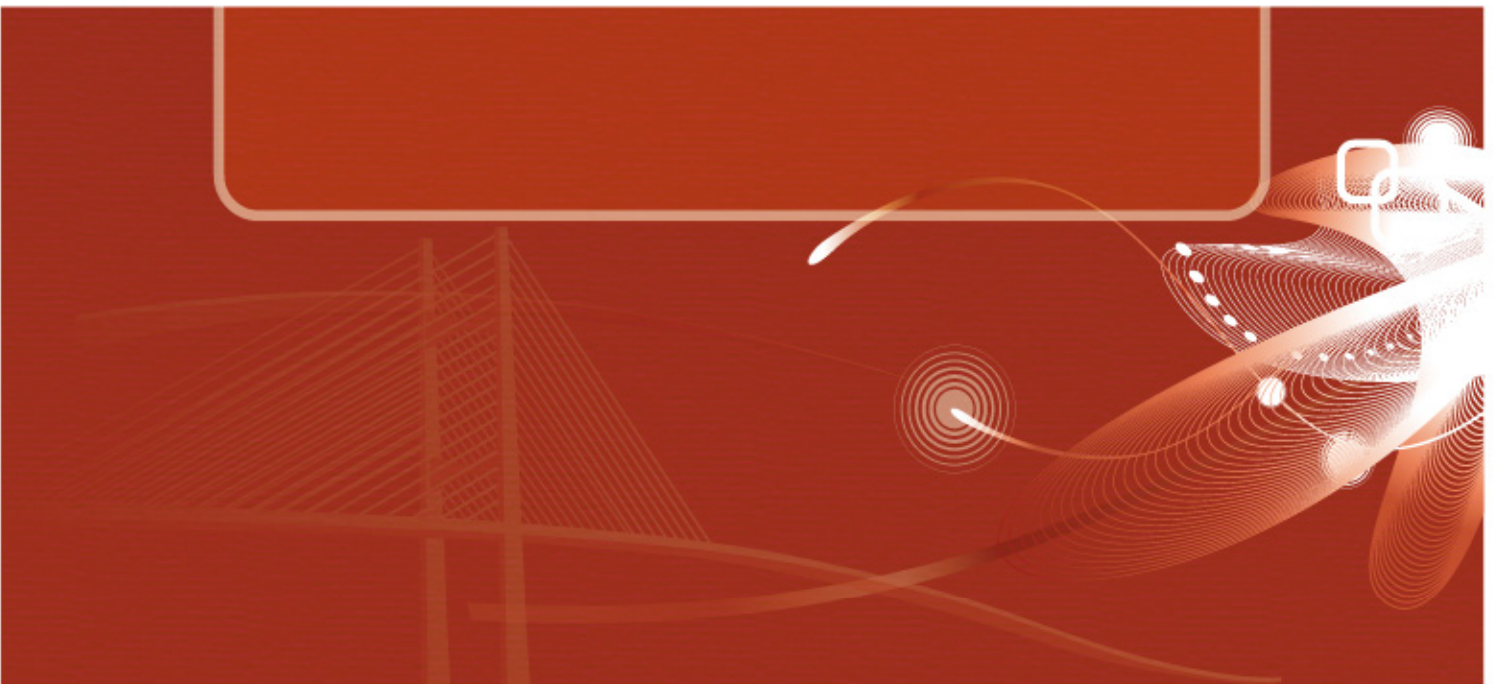
Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#), [\[2\]](#).

Texto sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Reunião Extraordinária do Conselho de Chefes e Chefas de Estado da Unasul](#)”, em: *Carta Mensal N° 165*, maio de 2010.



Panorana Regional e Global





Novas dimensões da relação Ásia-América Latina

Foi formalmente criada a Aliança do Pacífico

No dia 6 de junho passado os presidentes Sebastián Piñera, do Chile, Felipe Calderón, do México, Juan Manuel Santos, da Colômbia, e Ollanta Humala, do Peru, assinaram o *Acordo-Marco da Aliança do Pacífico*. Reunidos em Antofagasta, Chile, durante a 4ª Cúpula Presidencial, eles formalizaram a criação de uma área de livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre os quatro países. A eles se somaram em qualidade de observadores os chanceleres do Panamá, Costa Rica e Canadá e, como convidado especial, o rei da Espanha.

A Aliança do Pacífico tem dois objetivos principais: por um lado, aprofundar as relações comerciais entre os países-membros e, por outro, permitir que os países se projetem em conjunto na região da Ásia-Pacífico. Este é um processo aberto que busca continuar se ampliando, incluindo, em uma primeira instância, o Panamá e a Costa Rica.

O Acordo-Marco define a Aliança do Pacífico como uma área de integração regional e estabelece que os compromissos assumidos partam da base dos acordos comerciais vigentes entre os países que integram esta iniciativa. O próximo passo para a implementação da Aliança é que cada país leve o Acordo aos seus respectivos Congressos para que ele seja aprovado e entre em vigência. Como antecedente, cabe mencionar que a Aliança surge em decorrência de uma proposta do ex-presidente do Peru Alan García, durante a Cúpula Ibero-Americana de 2010. Posteriormente, na “[Declaração de Lima](#)”, assinada no dia 29 de abril de 2011, os presidentes expressaram seu compromisso de avançar progressivamente rumo à livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas e definir ações conjuntas para a relação comercial com a Ásia-Pacífico.

Mais informações em: [\[1\]](#), [\[2\]](#).

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[A Aliança do Pacífico: uma nova iniciativa que une Chile, Colômbia, México e Peru](#)”, em: *Carta Mensal N° 177*, maio de 2011.
- BID-NTAL. “[Líderes da Aliança do Pacífico aprovam Acordo-Marco](#)”, em: *Carta Mensal N° 187*, março de 2012.

Missões latino-americanas no Oriente

Apesar de a criação da Aliança do Pacífico ser uma das iniciativas mais relevantes da América Latina com relação à região asiática, o crescente interesse pelo Oriente também se manifestou nas numerosas visitas oficiais de presidentes dos países latino-americanos aos seus pares asiáticos. O presidente Ollanta Humala se reuniu com autoridades do Japão e da Coreia no início de maio com o objetivo de desenvolver e promover as relações econômicas e comerciais destes países com Peru. O presidente Juan Manuel Santos e a chanceler María Ángela Holguín, da Colômbia, assinaram nove

acordos de cooperação com a China e um acordo aeronáutico com Cingapura, depois de uma viagem por esses países. Entre os acordos assinados com a China, está um memorando de entendimento para criar um grupo de trabalho que determine a viabilidade de negociar um Tratado de Livre Comércio (TLC) entre os dois países e um acordo de cooperação econômica e técnica que inclui uma doação da China de US\$ 3 milhões.

O presidente Lugo, do Paraguai, visitou cinco países asiáticos com o objetivo de construir uma aliança estratégica com a região.

Uma evidência a mais do crescimento das relações de países latino-americanos com a Ásia é o Observatório América Latina-Ásia-Pacífico, constituído no dia 31 de maio passado pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), pela CAF e pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal). Seu objetivo principal é criar um fórum de discussão para a análise de temas estratégicos nas relações das duas regiões, além de estimular a convergência em posturas em torno de temas da agenda global. O Observatório contará com um portal na internet que divulgará publicações periódicas que serão geradas por essa instituição e outros centros acadêmicos ou empresariais que pesquisem o tema. Além disso, atualizará e difundirá informações sobre comércio, investimentos, negociações e acordos comerciais, cooperação e evolução da conectividade entre a Ásia e a América Latina.

Neste contexto de crescente importância das relações econômicas entre a América Latina e o Caribe e a Ásia-Pacífico, o Setor de Integração e Comércio do BID e o ADB Institute do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) realizaram um estudo recente intitulado “[Estruturando o futuro da relação entre Ásia e América Latina e Caribe](#)”. O trabalho analisa a relação comercial entre as duas regiões e faz recomendações específicas para que ambas possam tirar maior proveito dessa realidade.

Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#), [\[2\]](#), [\[3\]](#), [\[4\]](#), [\[5\]](#) e [\[6\]](#).

Últimos Preparativos para a Rio+20

De 20 a 22 de junho será realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD, sigla em inglês): [“Construindo a Cúpula dos Povos: Rio+20”](#).

Origem

A Cúpula Rio+20 tem suas origens em 1972, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a Conferência de Estocolmo sobre o Homem e o Meio ambiente. Esse evento marcou um ponto de inflexão na conscientização política sobre a natureza global de muitas ameaças ao meio ambiente, levou ao aprofundamento do estudo do aquecimento global e conduziu à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA/UNEP). Como resultado da Conferência, surgiu um conjunto de princípios reunidos na [Declaração de Estocolmo](#), que enunciava um plano de ação, com recomendações destinadas a promover a cooperação ambiental internacional em matéria de proteção e melhora do meio ambiente.

Até então, as questões que alcançaram maior relevância foram as relativas aos recursos hídricos, aos mamíferos marinhos, às fontes de energia renováveis, à desertificação, às florestas, ao marco jurídico ambiental e à questão do desenvolvimento.

Mas foi nas décadas seguintes que a questão das mudanças climáticas começou paulatinamente a despertar preocupação. Em 1980 a comunidade científica começou a identificar uma mudança na camada de ozônio e o PNUMA recomendou medidas que levaram à adoção, em 1985, da [Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio](#). Este acordo abordou a problemática com uma visão coletiva, propiciando a cooperação e convocando as partes a facilitarem entre si a aquisição e o fornecimento de informações sobre tecnologias alternativas; o fornecimento de equipes e instalações para a pesquisa; e a formação adequada de pessoal científico e técnico.

Em 1988 foi criado o Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), como reação à crescente importância alcançada pela destruição da camada de ozônio e pelo aquecimento global e cujo fim específico foi investigar o impacto do efeito estufa e das mudanças climáticas globais.

Um ano mais tarde entrou em vigor o Protocolo sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio ou [Protocolo de Montreal](#), que estabelecia prazos para a eliminação de gases de efeito estufa, com uma carência e um fundo de apoio para os países em desenvolvimento e um mecanismo de monitoramento e informação. Paralelamente, começaram os preparativos das negociações para uma Convenção-Quadro sobre mudanças climáticas.

Em 1992 a Assembleia Geral convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como “Cúpula da Terra”, da qual participaram 108 chefes de estado e um total de 172 governos. Esta Cúpula deu origem a diversos documentos, entre eles a [Declaração do Rio](#) e o [Programa 21](#), com o espírito de proteger a integridade do meio ambiente em nível mundial. Também foram concluídas as negociações para as Convenções sobre Mudanças Climáticas e sobre Diversidade Biológica. Os delegados acordaram negociar novos Acordos Multilaterais Ambientais (AMAs/MEAs) e foi criada a Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de monitorar a implementação dos ambiciosos compromissos assumidos na Declaração do Rio.

Finalmente, em 1994 foi ratificada a planejada Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças climáticas (*CQNUMC*/UNFCCC), com o objetivo de reforçar a consciência em escala mundial dos problemas relacionados com as mudanças climáticas. A *CQNUMC* foi concebida com a finalidade de estabilizar as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa e, assim, deter o aumento da temperatura global. Em outras palavras, o objetivo é evitar que a ação antropogênica (intensificada pela crescente população mundial, pelas atividades humanas e pelos estilos de vida intensivos em energia produzida à base combustíveis fósseis) prejudique o sistema climático. Posteriormente, no âmbito da Primeira Conferência das Partes (COP), realizada em 1995 no Japão, foram concluídas as negociações do [Protocolo de Kyoto](#), que entrou em vigor em 1998, comprometeu mais firmemente os países desenvolvidos e propôs reduzir as emissões totais de gases de efeito estufa dos países industrializados em, pelo menos, 5% em comparação com os níveis de 1990, durante o período de compromisso de 2008 a 2012.

Construindo a Cúpula dos Povos: “Rio+20”

Durante a “Rio +20”, mais de 100 presidentes e chefes de estado buscarão aprovar um plano de ação que garanta o compromisso político dos países com o desenvolvimento sustentável e avaliarão os avanços alcançados até o momento em nível internacional, em função dos objetivos acordados sobre o desenvolvimento sustentável. A Conferência, que se realizará 20 anos depois da histórica Cúpula da Terra, se concentrará em dois temas específicos: a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável, por um lado, e o marco institucional para favorecer o desenvolvimento sustentável, por outro.[1] Simultaneamente, mais de 500 Organizações Não Governamentais (ONGs) e representantes da sociedade civil participarão de reuniões paralelas em apoio ao desenvolvimento sustentável.

Como preparação para a cúpula do Rio +20, os países reunidos no âmbito da ONU têm negociado o documento final que será discutido e que buscarão aprovar na reunião intitulada “[O futuro que queremos](#)”. No entanto, as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento fazem com que grande parte desse rascunho continue em discussão e sem acordo. Segundo o Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (CICDS) apenas 21 parágrafos foram acordados *ad referendum* (sujeitos à aprovação final do documento) e 400 parágrafos ainda estão sendo questionados. Os principais desacordos estão ligados ao grau de compromissos existentes e futuros que os países devem assumir, bem como com os princípios básicos que devem guiar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, encontra-se em discussão se no documento devem ser estabelecidos como princípios básicos os “direitos humanos à água potável segura e limpa e ao saneamento”, o “acesso a serviços modernos de energia” e o “direito de todos ao acesso a alimentação saudável e nutritiva, compatível com o direito fundamental universal a não ter fome”.

Seguindo uma proposta da Colômbia e da Guatemala, um possível desfecho que ganhou peso durante os últimos meses é o de acordar um conjunto de Metas [para o Desenvolvimento Sustentável](#) (MDS)[2] similares e em apoio aos [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015](#). As MDS ajudariam a trazer a ampla agenda internacional do desenvolvimento sustentável para um nível prático e poderiam servir como uma ferramenta dos países para medir seu progresso, no sentido das metas do desenvolvimento sustentável.

O prazo para implementar as MDS está se aproximando e o mundo deve enfrentar um leque muito amplo de desafios de desenvolvimento sustentável.

O BID e a “Rio +20”

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) participará da conferência, posicionando-se como um sócio interessado no desenvolvimento sustentável da região e, portanto, apresentará os distintos programas promovidos para ajudar a cada um dos países-membros nos seus objetivos de desenvolvimento. Especialistas do Banco representarão diferentes áreas, de mudanças climáticas, energia e transporte, até o Programa de Cidades Emergentes e a Plataforma para a Biodiversidade. Para apresentar o trabalho, o Banco organizou o evento ["Jornada da Sustentabilidade e Mudanças Climáticas"](#), cujo objetivo principal é apresentar aos seus sócios os compromissos da instituição e compartilhar as publicações recentes e os instrumentos públicos.

Durante o evento, o Banco apresentará o relatório [O Desafio Climático e de Desenvolvimento na América Latina e no Caribe: Opções para um Desenvolvimento Resiliente Baixo em Carbono](#), que avalia o desafio das mudanças climáticas na região e analisa os custos dos impactos físicos das mudanças climáticas, além dos custos de adaptação e as opções para reduzir a pegada de carbono da região para níveis compatíveis com os objetivos de estabilização climática. Também será apresentado um plano de ações prioritárias identificadas pela instituição para enfrentar o desafio das mudanças climáticas na região, em consonância com os objetivos do nono aumento nos recursos de capital do Banco.

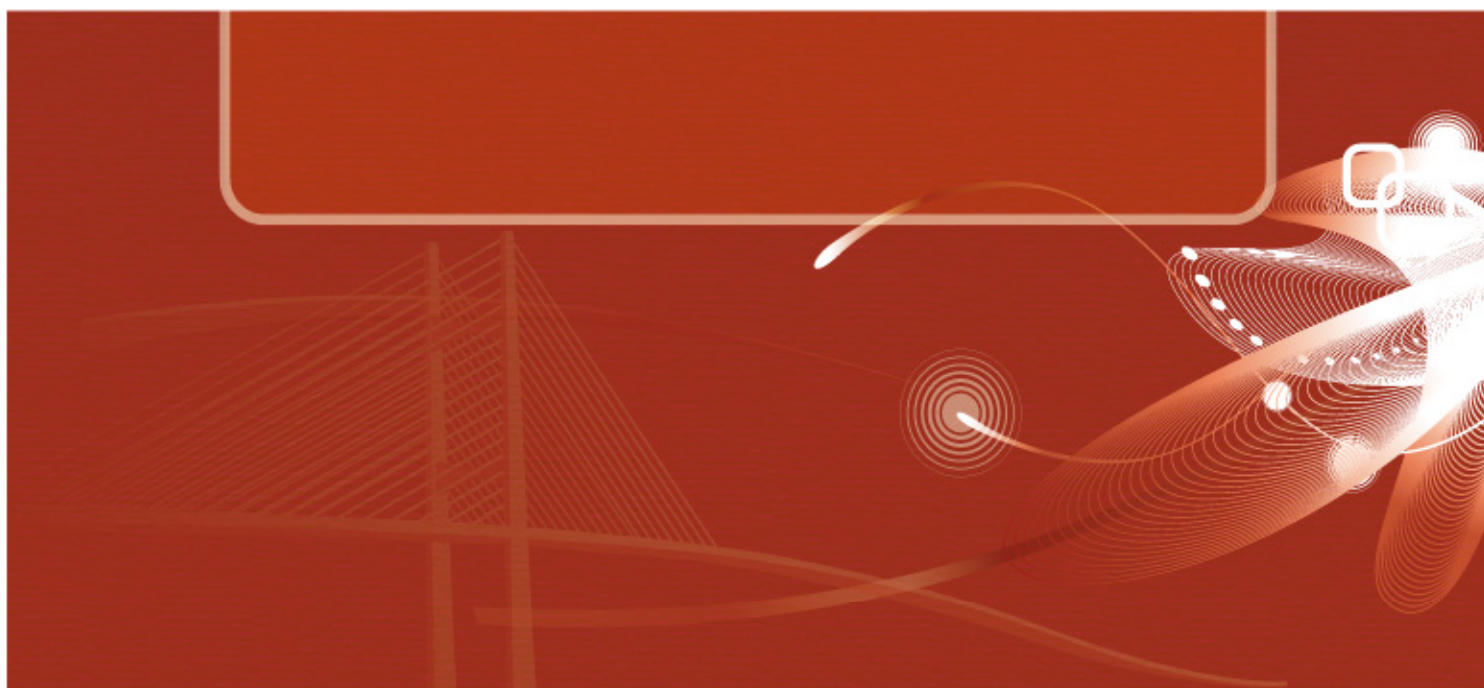
Para mais informações sobre os eventos do BID na Rio+20”, acesse o seguinte [link](#).

[1] Ver BID-INTAL. [“América Latina se prepara para Rio+20”](#), em: *Carta Mensal N° 188*, abril de 2012.

[2] Ver [Bridges Weekly Trade News Digest](#), v. 16, n. 18. Maio 2012.



Boletim de notícias do INT



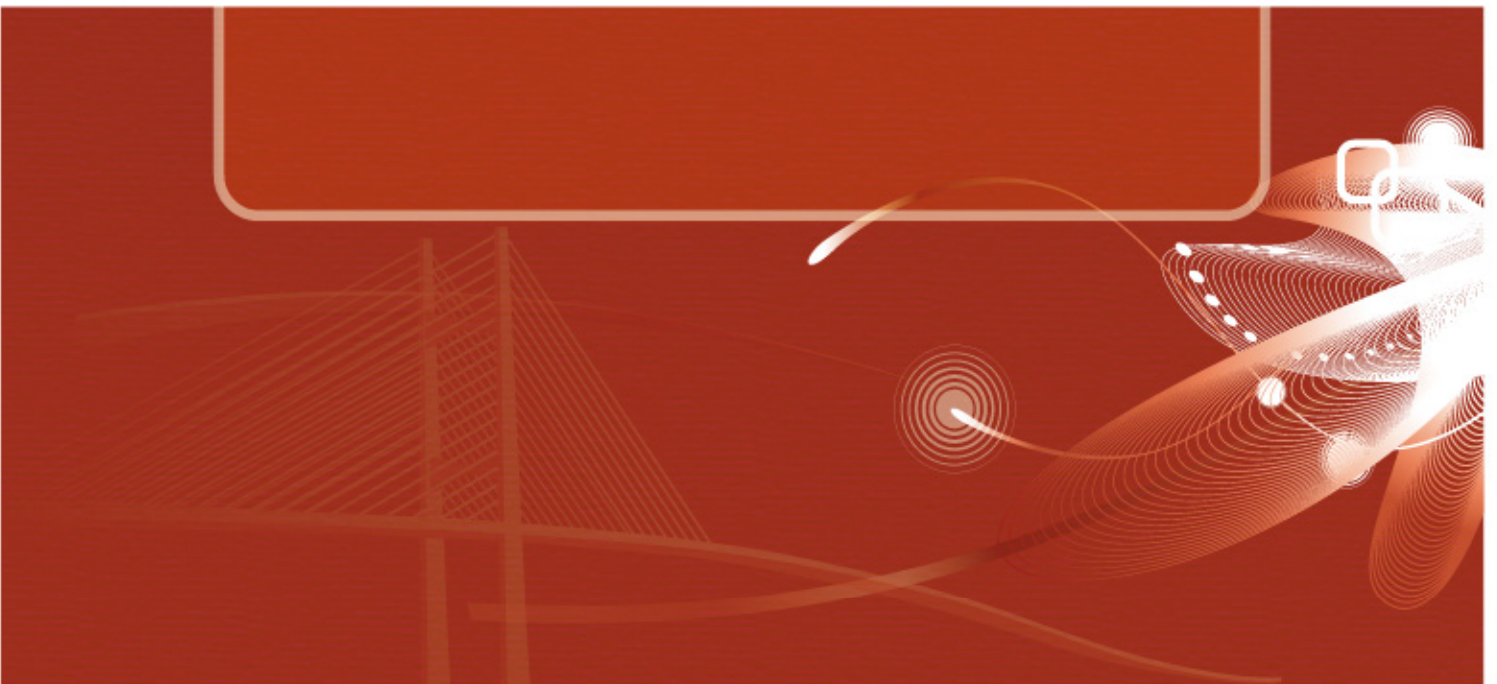


Setor de Integração e Comércio

Visite o número mais recente do Boletim do Setor de Integração e Comércio para mais atividades, eventos e publicações ([link](#)).



Outras Atividades do BID





O Desafio Climático e de Desenvolvimento na América Latina e no Caribe: Opções para um Desenvolvimento Resiliente com Baixo Nível de Carbono

No último dia 5 de junho o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apresentou o resumo executivo do documento ["O Desafio Climático e de Desenvolvimento na América Latina e no Caribe: Opções para um Desenvolvimento Resiliente com Baixo Nível de Carbono"](#).

O estudo, preparado pelo [BID](#), pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ([Cepal](#)) e pelo Fundo Mundial para a Natureza ([WWF](#), sigla em inglês), destaca que a América Latina e o Caribe sofrerão prejuízos anuais de cerca de US\$ 100 bilhões até 2050 devido à queda da produção agrícola, ao desaparecimento de geleiras, a inundações, secas e outros problemas provocados pelo aquecimento do planeta. Diante desse quadro, a região precisa aumentar drasticamente os seus investimentos em adaptação às mudanças climáticas e à mitigação nas próximas décadas. O relatório define rumos para reduzir a curva de emissões de carbono por meio da promoção da emissão zero provocada pela deforestação e outras práticas de uso da terra até 2030, junto com medidas que eliminem a pegada de carbono na matriz energética e na infraestrutura de transporte para 2050 com um custo anual de US\$110 bilhões.

Para ver a filmagem do evento, acesse o seguinte [link](#).

Os resultados completos do trabalho serão distribuídos durante a Cúpula Rio+20. Para ler o resumo executivo, acesse o seguinte [link](#).

4º Fórum Econômico Internacional

No último dia 25 de maio foi realizado o 4º Fórum Econômico Internacional de alto nível sobre a América Latina e o Caribe em Paris, França. O encontro foi organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em conjunto com o Ministério de Economia, Fazenda e Comércio da França, com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE-DEV). Líderes dos setores público e privado discutiram os desafios enfrentados pela região e compartilharam as soluções para o desenvolvimento econômico sustentável. O fórum contou com exposições do presidente do BID, Luis Alberto Moreno, da ex-presidente do Chile e diretora executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet, do primeiro-ministro de São Cristóvão e Neves, Denzil Douglas, e do secretário-geral da OCDE, Ángel Gurría, entre outros.

Para ter acesso à agenda e as informações relacionadas, veja os seguintes links: [\[1\]](#), [\[2\]](#), [\[3\]](#).

BID apresenta “Relatório sobre Sustentabilidade de 2011”

O [Relatório sobre Sustentabilidade de 2011](#) do BID está voltado para a sustentabilidade do setor agrícola na América Latina. O documento foi apresentado durante um evento no dia 5 de junho de 2012, em Washington, na presença de especialistas e autores do estudo.

O trabalho do Banco apresenta ideias inovadoras a respeito do impacto das mudanças climáticas sobre a segurança alimentar, a interrelação com os serviços prestados pelos ecossistemas, enfoques voltados para a agricultura com baixa emissão de carbono, assim como as transformações sociopolíticas do setor agrícola e o aumento do desmatamento nos últimos 30 anos. Além disso, os autores emitem opinião sobre a forma mais adequada de obter a sustentabilidade no mundo atual. O estudo contém um resumo da contribuição e dos avanços do BID e dos objetivos e compromissos cumpridos, em benefício da sustentabilidade ao longo de 2011.

O evento contou com a participação de oradores do nível de Rodomiro Ortiz, da Swedish University of Agricultural Sciences; Maria Bowman, do College of Natural Resources da Universidade da Califórnia-Berkeley; Walter Vergara, chefe do departamento de Energia Sustentável e Mudanças Climáticas do Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente (INE/CCS); Janine Ferretti, chefe da Unidade de Salvaguardas Ambientais da Vice-presidência de Setores (VPS/ESG) e Natasha Ward, especialista em Meio Ambiente do mesmo setor.

A sessão foi presidida por Graciela Schamis, gerente do Setor de Conhecimento e Aprendizagem (VPS/VPS) e moderada por Graham Watkins, especialista em Meio Ambiente do VPS/ESG.

Texto sobre o assunto:

- BID. [“Relatório sobre sustentabilidade 2011”](#).

A banda larga como catalisador do desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe

Recentemente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) publicou um relatório sobre os serviços de banda larga na América Latina e no Caribe; o trabalho inclui recomendações sobre como acelerar o acesso e o uso de serviços de banda larga fixa e móvel na região. O documento, [*Construindo pontes, criando oportunidades: a banda larga como catalisador do desenvolvimento econômico e social nos países da América Latina e do Caribe*](#), foi elaborado pelo Departamento de Tecnologia, Competitividade e Inovação (CTI, sigla em inglês) e pelo Escritório de Parcerias Estratégicas (ORP, sigla em espanhol) do Banco e é fruto de discussões entre a instituição e uma ampla gama de interlocutores, incluindo empresas tecnológicas, operadoras de telecomunicações nacionais e internacionais, universidades e organismos multilaterais.

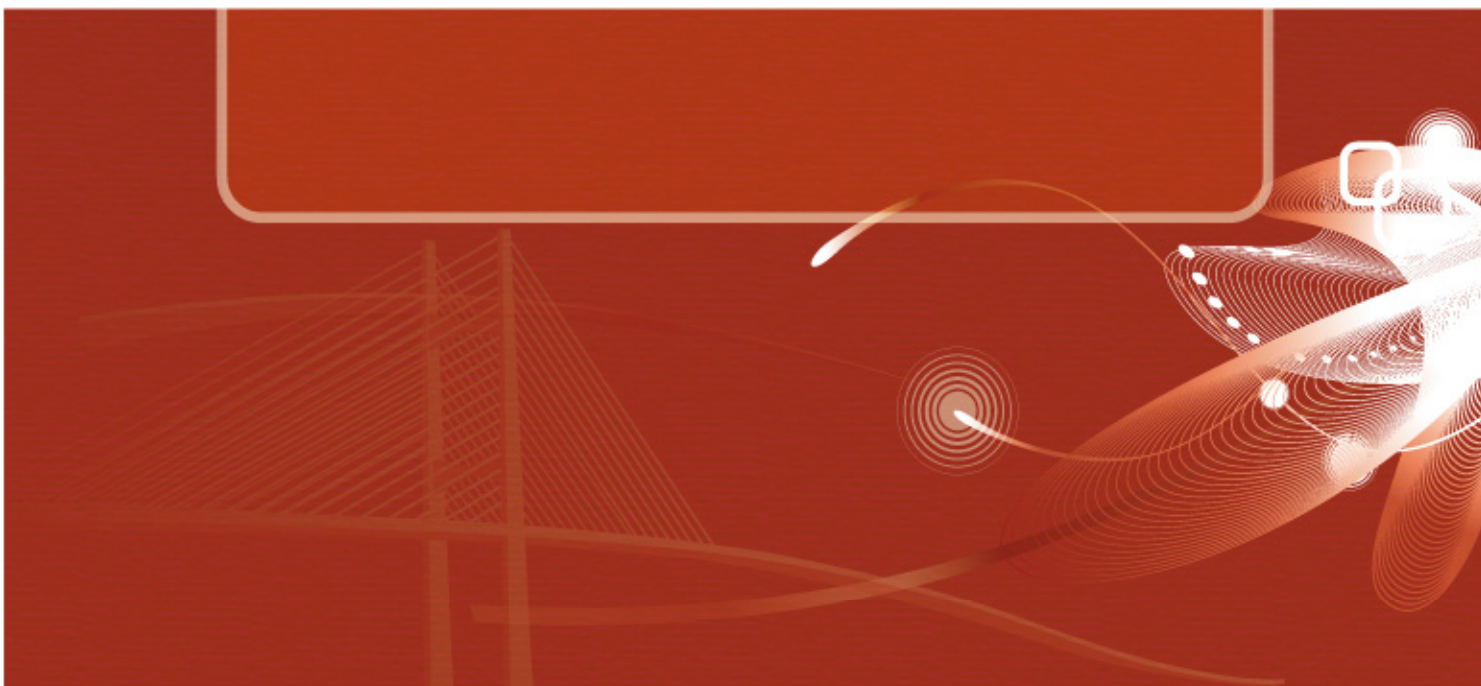
O documento assinala que um aumento de 10 pontos percentuais na penetração da banda larga na região poderia aumentar o produto interno bruto em 3,2 % em média, e elevar a produtividade em 2,6 %. Neste momento, os países latino-americanos e caribenhos oferecem uma menor acessibilidade e utilização, bem como custos mais elevados do que a média para nações da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em termos de penetração da banda larga fixa, os países europeus têm uma média de 30 linhas instaladas por cada 100 pessoas, quase o triplo da média desta região.

Construindo pontes, criando oportunidades apresenta uma série de recomendações de políticas para superar os desafios à expansão da banda larga na América Latina e no Caribe. Além de sugestões sobre como construir a infraestrutura necessária e melhorar os marcos legais e regulatórios para estes serviços, o estudo também aborda temas como a alfabetização digital.

Mais informações no seguinte [link](#).



Centro de Documentação INTAL







Resenhas Bibliográficas

ZEVALLOS URQUIETA, Héctor; GONZÁLEZ VIGIL, Fernando.
Efecto plataforma de la CAN en las exportaciones
manufactureras del Perú y de Colombia a los Estados Unidos y la
Unión Europea. Lima: Universidad del Pacífico, Documento de
Trabajo Nº 90. Diciembre de 2011.

A pesquisa de Zevallos Urquieta e González Vigil retoma o estudo “35 anos de integração econômica e comercial: Um balanço para os países andinos”, realizado pela Secretaria Geral da Comunidade Andina de Nações (SGCAN) em 2004. Esse trabalho tinha mostrado indícios da existência de um “efeito plataforma” (EP) na CAN, que consiste do aprofundamento da especialização em certas manufaturas não tradicionais em função do mercado ampliado obtido por meio do acordo andino. Uma das vantagens do acordo regional é que esse mercado pode funcionar como uma “plataforma de lançamento” de exportações para mercados maiores, exigentes e competitivos, depois de um determinado período de amadurecimento. Com base nessa pesquisa prévia, o trabalho publicado recentemente pela Universidade do Pacífico questiona se, de fato, o mercado andino cumpriu esse papel de incubação de capacidades exportadoras não tradicionais; o foco são as exportações de manufaturados do Peru e da Colômbia para os Estados Unidos e para a União Europeia (UE).

O documento tem seis capítulos. Depois de uma introdução que explica a motivação do trabalho, discutem-se conceitualmente as vantagens e desvantagens dos Acordos Comerciais Preferenciais (ACP) relativos aos objetivos da industrialização. Apresenta-se uma revisão bibliográfica nessa matéria, com especial ênfase nos acordos Sul-Sul e sua compatibilidade com os ACPs Norte-Sul. Embora as conclusões não sejam taxativas com relação aos efeitos da integração sobre a industrialização das economias que fazem parte destes esquemas, mostra-se que os ACPs levam ao aparecimento de certas características nos mercados que podem contribuir para a produção de bens de maior valor agregado. Estes traços são o aumento da produtividade devido à existência de economias de escala internas ou externas e ao aparecimento de economias de aglomeração; o desenvolvimento de vantagens comparativas, antes inexistentes; mais inovação e disponibilidade de insumos intermediários; a aquisição de tecnologias e a transferência de conhecimentos; a

resolução de restrições de oferta que limitam a diversificação para setores com bens e serviços mais intensivos em tecnologia, entre outros. Estas realizações facilitariam posteriormente o acesso a mercados desenvolvidos.

O terceiro capítulo analisa, em primeiro lugar, o desempenho das exportações de manufaturados da CAN dentro do mercado regional - onde mostram predominância -, e, em segundo lugar, nos mercados externos. Nesta seção é detalhada a estratégia comercial dos países andinos diante dos Estados Unidos e da União Europeia.

Dois metodologias utilizadas para detectar a existência do EP são explicadas no quarto capítulo. A primeira se baseia nos procedimentos da pesquisa da SGCAN já mencionada, adaptada pelos autores ao objetivo específico de detectar a existência do EP nas exportações de manufaturados do Peru e da Colômbia para os Estados Unidos e a UE. A segunda metodologia foi desenvolvida pelos próprios pesquisadores e consiste em uma série de indicadores comerciais e critérios técnicos que permitem detectar com mais precisão a existência do EP.

No quinto capítulo são analisados e comparados os resultados de ambas as metodologias. Nos dois casos se observa o EP da CAN nas exportações de manufaturados não tradicionais da Colômbia e do Peru para os Estados Unidos e a UE. Este, apesar de ser quantitativamente pequeno em termos de número de manufaturas e montantes exportados, tem, segundo os autores, grande importância qualitativa, já que potencializa as vendas externas de produtos de maior valor agregado. Fica claro que ambos os países não tinham a capacidade de competir nos mercados desenvolvidos nestes produtos no início da Zona de Livre Comércio (ZLC) andina. Além disso, o documento afirma que a Colômbia aproveitou quantitativamente mais o EP do que o Peru devido à incorporação tardia e lenta deste último país à ZLC.

Os autores se perguntam se a melhoria no desempenho exportador da Colômbia e do Peru pode ser atribuída à CAN, e não a outros acessos preferenciais como a Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação de Drogas (ATPDEA, sigla em inglês) ou o Sistema Geral de Preferências (SGP). A evidência mostra que, em geral, as exportações de manufaturados nas quais se visualiza um EP da CAN têm um desempenho mais dinâmico nos mercados desenvolvidos que o conjunto das exportações de manufaturados colombianos e peruanos beneficiadas por esses programas. Também é feita uma comparação com os mercados do Chile e do Mercosul, com os quais os países andinos têm acordos preferenciais, e fica constatada a pouca influência desses mercados no processo de incubação exportadora.

O trabalho apresenta uma discussão e métodos de pesquisa de grande utilidade para analisar a possibilidade de que os acordos Sul-Sul sirvam como plataformas de amadurecimento de exportações, relevantes para competir no mercado global.



Alerta Bibliográfica

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#)

Bibliografias em destaque do mês

* Santa Gadea, R., ed. (2012). *Integración física sudamericana diez años después : impacto e implementación en el Perú*. Lima: Universidad del Pacífico; BID-INTAL; CEPEI.



Autor: Santa Gadea, Rosario, ed.

Título: Integración física sudamericana diez años después : impacto e implementación en el Perú

Edición: Lima: Universidad del Pacífico; BID-INTAL; CEPEI, Marzo 2012 [29 p.]

ISBN: 978-9972-57-194-7

Temas: <INTEGRACION FRONTERIZA><ESTUDIOS DE CASOS><REGIONALISMO><POLITICA DE INTEGRACION><INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, IIRSA><FINANCIAMIENTO DEL DESARROLLO>

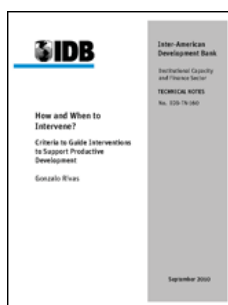
Geográficos: <AMERICA DEL SUR><PERU>

Resumen: El valor de este libro es, justamente, abordar el tema de manera integral, lo que involucra tanto su visión estratégica como los aspectos específicos. De otro lado, el libro permite conocer en profundidad el estado de la cuestión en el Perú y en el ámbito sudamericano, incluyendo especial referencia a Brasil. Asimismo, se aportan enfoques, instrumentos y metodologías que han permitido avanzar grandemente la integración física regional desde el lanzamiento, en el año 2000, de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) por parte de los presidentes de América del Sur, en su histórica primera reunión, realizada en Brasilia, el 31 de agosto y 1 de septiembre de dicho año.

Accesos al documento:

332.135 / SAN-INT / 2012
Documento Impreso

* Kohon, J. (2011). **Más y mejores trenes : Cambiando la matriz de transporte en América Latina y el Caribe. Washington: BID.**



Autor:Kohon, Jorge

Título:Más y mejores trenes : Cambiando la matriz de transporte en América Latina y el Caribe

Edición:Washington: BID, October 2011 [115 p.]

Serie:Technical Notes; 303

Temas:<COOPERACION PARA EL DESARROLLO><BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, BID><TRANSPORTE DE CARGA><TRANSPORTE FERROVIARIO><CRECIMIENTO ECONOMICO>

Geográficos:<AMERICA LATINA>

Resumen:Los ferrocarriles contribuyeron significativamente al desarrollo de América Latina y el Caribe. Si bien esta contribución fue desigual, en muchos países la presencia del ferrocarril constituyó un factor significativo en la expansión y la consolidación del territorio y, consecuentemente, de las actividades productivas y el crecimiento poblacional. Técnicamente, los mejores atributos del ferrocarril están vinculados con su desempeño eficiente al lograr transportar, en una única formación, grandes volúmenes de cargas o pasajeros. Esta cualidad del ferrocarril presenta, a su vez, otras ventajas, tales como un menor consumo de energía por unidad de tráfico, una correspondiente menor emisión de gases de efecto invernadero, un menor nivel de accidentes y un bajo consumo de espacio público, entre otros beneficios. Esas indudables fortalezas están acompañadas por algunas debilidades: la dificultad del ferrocarril para acceder a los orígenes y destinos finales de los pasajeros y las cargas, requiriendo del transporte automotor para finalizar los viajes, así como su menor flexibilidad y adaptación frente a los cambios en las tecnologías y los mercados, debido a las grandes inversiones involucradas.

Accesos al documento:

eHM BID-TN 303 [2011]

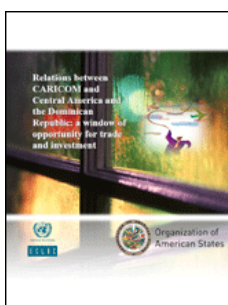
Documento Electrónico

* Lippoldt, D. (2012). Policy Priorities for International Trade and Jobs. Paris: OECD.



Autor: Lippoldt, Douglass
Título: Policy Priorities for International Trade and Jobs
Otros responsables: Organization for Economic Co-operation and Development, OECD
Edición: Paris: OECD, 2012 [450 p.]
Temas: <POLITICA COMERCIAL INTERNACIONAL><MERCADO DE TRABAJO><CONDICIONES SOCIALES><ORGANIZACION PARA LA COOPERACION ECONOMICA Y EL DESARROLLO, OCDE>
Geográficos: <MUNDIAL>
Resumen: How does trade affect jobs? The International Collaborative Initiative on Trade and Employment (ICITE) brings together ten international organisations with the aim of improving understanding of the interaction of trade and the labour market, promoting dialogue among stakeholders, and developing policy relevant conclusions. Launched in 2010, the first wave of work under ICITE is nearing completion. This book presents highlights from the first two years of work, as selected by ICITE partners.
Accesos al documento: E 339.54 / OECD-POL / 2012 Documento Electrónico [texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

* Relations between CARICOM and Central America and the Dominican Republic : a window of opportunity for trade and investment = Relaciones CARICOM, Centroamérica y la República Dominicana : Una ventana de oportunidades de comercio e inversión. (2012). Santiago de Chile: CEPAL.



Título:Relations between CARICOM and Central America and the Dominican Republic : a window of opportunity for trade and investment = Relaciones CARICOM, Centroamérica y la República Dominicana : Una ventana de oportunidades de comercio e inversión

Edición:Santiago de Chile: CEPAL, May 2012 [p. v.]

Temas:<SISTEMA DE LA INTEGRACION CENTROAMERICANA, SICA><CARIBBEAN COMMUNITY, CARICOM><COMERCIO INTRARREGIONAL><EXPORTACIONES><COMMODITIES><COMERCIO DE SERVICIOS>

Geográficos:<AMERICA LATINA><AMERICA CENTRAL><GRAN CARIBE>

Resumen:Since 1992, when the countries of CARICOM and the countries of SICA held their first ministerial conference in Honduras, the countries of both economic blocs have adopted the idea of strengthening their economic, social, and political relations by establishing a permanent mechanism for cooperation between the two sub-regions. Over the last 20 years these countries have joined together to achieve significant progress. However, there are still areas where work needs to be done to reduce gaps and to bolster their trade and investment relations as a means of securing greater economic and social development. The principal objective of this document is to provide a brief overview of the main characteristics of the two sub-regions and their points of convergence or divergence, and to identify those areas that could benefit from greater cooperation and investment and trade opportunities.

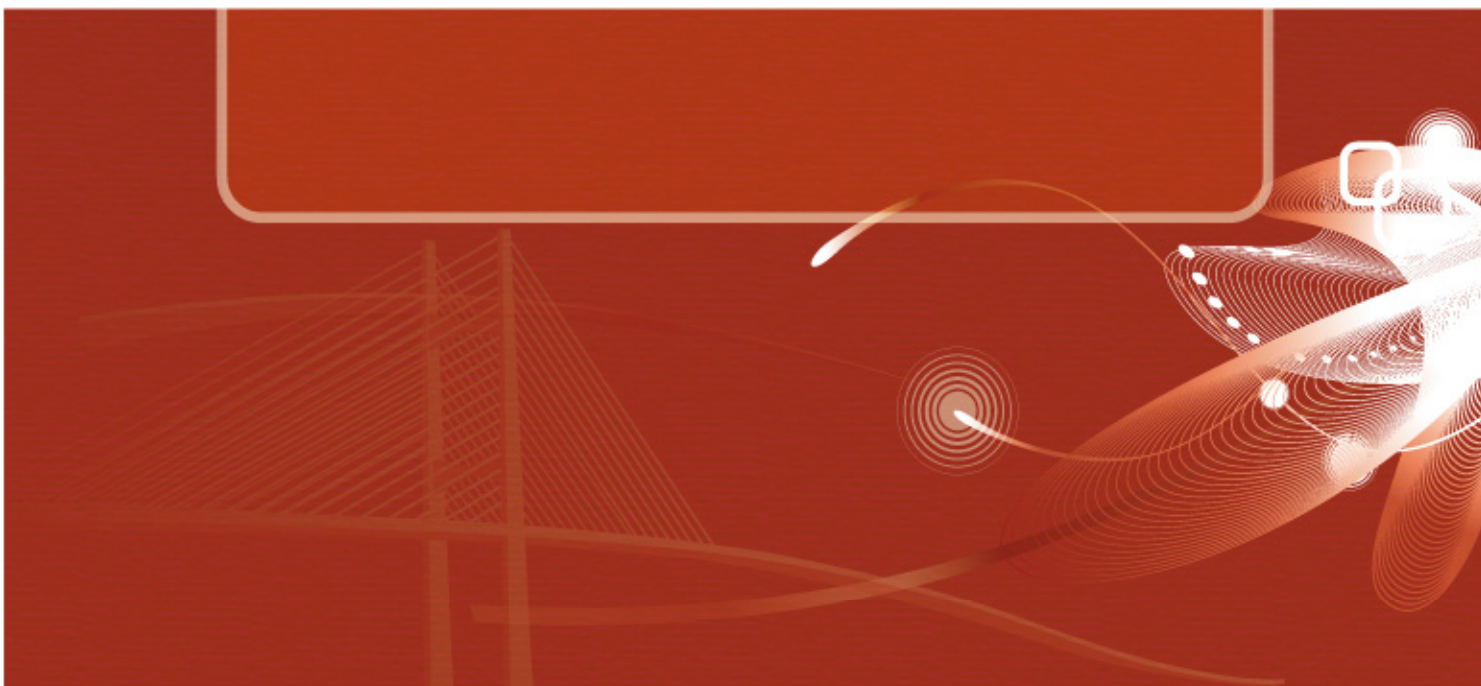
Accesos al documento:

E 332.135 / CEPAL-REL / 2012

Documento Electrónico



Redação





Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.

Conselho Diretor:

*Antoni Estevadeordal
Ricardo Carciofi*

Coordenação:

Alejandro Ramos Martínez

Assessoria técnica:

*Rosario Campos
Romina Gayá
Gala Gómez Minujín
Kathia Michalczewsky
Carolina Osorio Duque
Verónica Toscani*

Assistência compilação material:

*Lara Albert Milier
Enzo Di Muro
Silvia Sánchez*

Edição:

*Susana Filippa
Julieta Tarquini*

Edição Web:

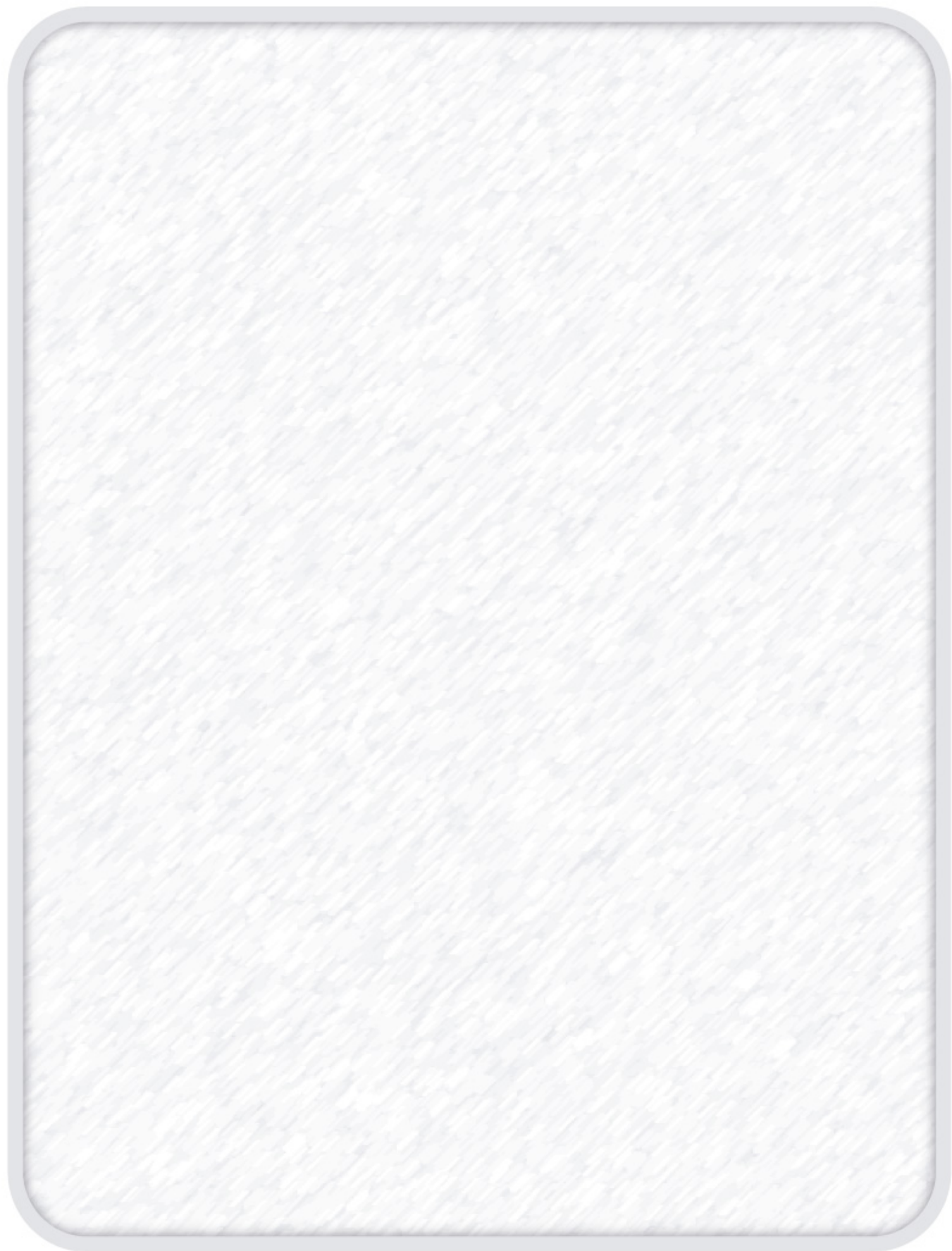
*Manuel Crotto
Federico Mazzella*

*R.P.I.: 836373
ISSN: 1027-1899*

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL

BID-INTAL □ Esmeralda 130, andáres 11 e 16 □ (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina



INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento